



Anais da Assembléia

Nº 119

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE OUTUBRO DE 1.980.

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 118.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 1.980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Lázaro Dumont.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Domício Scaramella, Fuad Nacli, David Cheriegate, João Mansur, Leônidas Chaves, Romero Filho e Wilson Fortes (7). Em licença o Sr. Deputado João Elísio (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Sobre a ata) Sr. Presidente, primeiramente indago à Mesa se, sobre a ata, o Deputado pode conservar-se na posição vertical, ou pode ficar sentado mesmo para discutir a ata.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Tem que ser em pé.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, pela leitura da ata, se percebe que a Ordem do Dia não foi votada. Conseqüentemente, esses integrantes que não compareceram, levaram falta.

Ocorre que, na ata, não se enumerou os Deputados faltantes. Consta apenas o número de 29 presenças.

Recordo à Presidência que, inclusive, fui o autor da chamada nominal para que se constatasse, efetivamente, quem compareceu à sessão, a fim de que não se cometesse injustiça para aqueles que estavam presentes.

Indago estão da Mesa como será feito o controle, ou quais os Deputados que levarão falta, na sessão de ontem,

em virtude de não ter havido número legal.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao Deputado Nilso Sguarezi que, no início da sessão, foi registrado o número de 36 Srs. Deputados. Na chamada nominal, diz a ata: “realizada a mesma, foi constatada a presença de 29 Srs. Deputados.”

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito. Mas, quais esses que somaram 29, que não era número suficiente para votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa acata a Questão de Ordem do nobre Deputado.

Reafirma a Mesa que procede a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi. E a Mesa irá tomar as providências necessárias para sanar a falha que o nobre Deputado acaba de levantar.

Tem procedência a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado.

Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, informo mais: ontem prevíamos que ia acontecer isso. O Deputado Dácio Leonel anotou, inclusive, a presença desses 29 Deputados. Sua Excelência tem uma lista dos 29 que efetivamente estavam presentes.

A Mesa poderá consultar o Deputado para que não se cometa injustiça.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa fará a retificação da ata.

Continua em discussão a ata. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis que se conservem como estão.

Aprovada, levando em consideração a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na ATA DOS TRABALHOS, desta Casa, um voto de profundo sentimento, pelo falecimento da Senhora CORA SILVEIRA DE MORAES, genitora do ilustre homem público, Dr. Armando Queiroz de Moraes, ocorrido na Capital Paulista, nesta data.

Requer, outrossim, que do presente, seja dado conhecimento aos familiares da extinta.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1.980

aa) Augusto Carneiro.

APOIAMENTO: Fabiano Braga Côrtes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. REINALDO BRANDÃO, filho do Vereador JOAQUIM BRANDÃO, ocorrido na cidade de ASSAÍ, em trágico acidente balístico, dia 5 p.p.

Requer outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares do extinto, usando o seguinte endereço: JOAQUIM BRANDÃO — Câmara Municipal de ASSAÍ—Pr
Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1.980
a) Francisco Escorsin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expedientes contendo votos de congratulações, e o registro nos Anais deste Poder Legislativo, pela realização da Primeira Feira de Trabalhos Manuais e Arte Popular, que está sendo realizada no sub-solo da Biblioteca Pública do Paraná, pelo Departamento de Desenvolvimento Social da COHAB—CT, e Associações de Moradores dos Núcleos Habitacionais.

Que este requerimento seja levado ao conhecimento do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, doutor JAIME LERNER, ao Presidente da COHAB—CT, doutor RAFAEL DELY, e às Associações de Moradores das Comunidades constante no folheto anexo.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1.980

a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

As palavras do doutor RAFAEL DELY, Presidente da COHAB—CT, e coordenador desta feira, transcrita no folheto em anexo, mostra perfeitamente a intenção desta promoção, e os seus objetivos reais, que de forma alguma poderíamos deixar passar despercebida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na ata da presente sessão de um voto de regozijo pelo transcurso do décimo ano de atividades da FUNDAÇÃO TELEPAR.

Essa entidade, Sr. Presidente, foi instituída em março de 1.970, pela Companhia de Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, com a elevada finalidade de complementar os serviços sociais, assistenciais, educativos e previdenciários colocados à disposição de aproximadamente quinze mil pessoas.

Dotada de estrutura organizacional moderna e dinâmica, a Fundação oferece aos seus associados toda a linha de serviço médico-hospitalar, odontológica e laboratorial, sem interrupção, tanto pela assistência direta como através de convênios com entidades da área da saúde.

Um eficiente serviço social, se encarrega do apoio às famílias associadas, nos momentos de necessidade, constituindo-se num amparo adicional, juntamente com o serviço jurídico, de transporte e outros, somando uma exemplar gama de benefícios que o mais exigente cidadão pode almejar de uma entidade comunitária.

Por todos esses títulos e realizações, efetivadas ao longo dos seus dez anos de existência, está a FUNDAÇÃO TELEPAR a merecer este registro sincero.

Requer, ainda, o subscrevente, que do teor do presente, seja dado conhecimento à FUNDAÇÃO TELEPAR.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1.980

a) Erondy Silvério.

HISTÓRICO E ATIVIDADES MANTIDAS

A Fundação Telepar, foi instituída em março de 1.970, pela Companhia de Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, objetivando complementar os serviços sociais, assistenciais, educativos e previdenciários prestados aos empregados da Empresa e seus beneficiários, totalizando aproxima-

damente 15.000 assistidos.

Seu órgão soberano é a Assembléia Geral, constituída dos associados efetivos. Possui ainda um Conselho Fiscal, Conselho Administrativo e Conselho Diretor.

Os departamentos estão distribuídos em: Assist. e benef. (setor médico-hospitalar e laboratorial, setor odontológico, setor de serviço social e benefícios, setor jurídico e setor de psicologia); Assistência financeira (setor de empréstimos, setor de auto serviço; cultural e recreativo (setor cultural, esportivo e recreativo); material e transportes (setor de material e transporte).

Nossos principais serviços são:

SERVIÇO MÉDICO:

A Fundação Telepar possui no ambulatório médico, atendimento intensivo das 08:00 às 19:00 horas, nas seguintes especialidades: Clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia. Anexo ao serviço médico temos um centro de vacinação com atendimento a criança e adulto extensivo também à comunidade. Complementando os serviços médicos, temos o centro de inaloterapia e um posto de coleta de material para laboratório, funcionando diariamente, além do serviço de prótese.

O serviço de enfermagem atende o serviço médico em suas atividades características, bem como a de sua área técnica, como: aplicação de injeções, pequenos curativos, etc...

No horário noturno, sábados, domingos e feriados, a Fundação mantém convênio para atendimento gratuito à seus associados, com hospitais e Clínicas.

Complementando o serviço médico de nosso ambulatório mantemos convênios com (130) médicos e clínicas na Capital, e (184) no interior nas mais diversificadas e sofisticadas especialidades. Mantemos convênio ainda com laboratórios e outros serviços complementares como: Radiologia, audiometria, eletroencefalografia, eletrocardiograma, etc...

SETOR ODONTOLÓGICO:

Possuímos em nosso ambulatório, dois consultórios com atendimento intensivo que inicia pela manhã e estende-se até a noite. Este serviço executa a parte clínica (de rotina e emergência); a prótese, a peritagem inicial e final, curativos e pequena cirurgia.

Independente deste serviço ambulatorial, mantemos convênio na Capital com (67) dentistas e no interior com (81) profissionais. O pagamento dos serviços executados é baseado numa tabela odontológica de unidade de serviço (TOUS), semelhante o do INAMPS, sendo que este custo poderá ser parcelado em até cinco pagamentos, no término do tratamento.

SERVIÇO SOCIAL:

Faz atendimento individual, através de entrevista, visitas domiciliares e hospitalares nas áreas de: saúde, educação, família, habitação, econômico, trabalho e benefícios. Executamos ainda trabalho em nível de assessoramento em programas diversos nas áreas da Empresa e Fundação.

Com o auxílio de agentes sociais são tomadas diversas providências junto ao INAMPS (carteira e revalidações, perícia médica, acidentes de trabalho, consultas, etc...), bem como outros contactos com hospitais, empresa, laboratórios, etc...

Na área de benefícios são dados auxílio funeral, natalidade e matrimonial.

SERVIÇO JURÍDICO:

É estudado atendimento sobre direito civil, criminal e trabalhista. São feitos os contactos colaterais com: cartório, forum, delegacias, etc...

O associado só paga as custas de cartório.

SERVIÇO CULTURA, ESPORTIVO E RECREATIVO:

As atividades coordenadas por um professor de educação física são: concursos literários, baile da "Senhorita Te-

lepar", participação no concurso "Rainha da Indústria", campeonatos internos e externos de futebol, voleibol, basquete, vôlei, tênis, atletismo, etc...

Próximo a Campo Largo, a Fundação possui um parque recreativo com área total de 26.000m² e área de lazer com 140m² com campo de futebol suíço, pelada, quadra de voleibol, basquete, handbol, possuindo ainda 38 churrasqueiras.

SERVIÇO DE TRANSPORTE:

Possuímos 3 veículos, sendo um deles ambulância, para transportes de pacientes na Capital e Interior.

SERVIÇO DE AUTO SERVIÇO:

Mantemos convênios com supermercados, farmácias e laboratórios na Capital e Interior.

SERVIÇO DE EMPRÉSTIMOS:

De acordo com os critérios estabelecidos, são feitos empréstimos aos associados simples e de emergência, com a taxa ao mês de 1,5% parcelados em até 10 pagamentos.

A Fundação Telepar, averba para desconto em folha, empréstimos da Capemi e Caixa Econômica.

FUNDAÇÃO TELEPAR

aa) Dir. Presidente.

Dir. Tesoureiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam expedidos ofícios ao Excelentíssimo Sr. NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado do Paraná e digníssimo Diretor Presidente da COPEL, solicitando a implantação de redes de energia elétrica nos bairros de Vila Simone, Jardim Nova Aurora e Jardim Oliveira, situados no Município de Nova Aurora-Pr.

A presente solicitação se prende ao franco progresso que se tem observado naqueles bairros, o que virá sobremaneira, dar um pouco de conforto aos seus habitantes.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1.980

a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Ministros da Agricultura e do Planejamento, bem como ao Superintendente Regional da SUNAB, manifestando a indignação do povo paranaense pelo elevadíssimo preço do pouco feijão que se encontra no mercado, conforme, aliás, se verificou em ampla pesquisa realizada nesta data pelo Programa Cidade Livre, levado ao ar através da Rádio Cidade.

Esta situação vem evidenciar a presença de especuladores e de acambarcadores que operam com a considerável produção obtida no corrente ano, explorando o consumidor.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1.980

a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. JACY MIGUEL SCANAGATTA, digníssimo Prefeito Municipal de Cascavel; JOSÉ MARIA LAPORTE, digníssimo Diretor Geral do D.N.E.R. e EULER MERLIN, digníssimo Diretor Geral do D.E.R., solicitando a construção de um viaduto e passarela na Rua Piquiri sobre a BR-367, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Com a construção da BR-367 ligando Cascavel-Toledo, o perímetro urbano de Cascavel ficou dividido pela referida BR, dificultando e às vezes impedindo o acesso das vilas próximas ao bairro Brasmadeira até o centro da cidade.

Com a interrupção do tráfego na Rua Piquiri, que era a estrada de acesso entre Cascavel-Cafelândia-Nova Aurora etc., as vilas Brasmadeira, Consolata, Jardim Clarito e Interlagos ficaram isoladas da cidade, trazendo sérios prejuízos aos moradores, que ficaram expostos a constantes perigos de travessia da BR, onde tem ocorrido mortes de pedestres.

Os veículos que para essas vilas demandam são forçados a usar trajeto longo e perigoso.

Não se concebe postergar a construção de acesso ou viaduto naquele local, donde também procede grande parcela de produção agrícola do município.

Por essa razão é urgente a necessidade de construir imediatamente uma passarela para pedestre, e a curto prazo um viaduto para tráfego de veículos sobre a BR-367.

É forçoso mencionar que o aglomerado urbano composto das vilas acima mencionadas, abriga uma unidade de ensino, onde, somente o 2.º grau possui mais de 700 alunos matriculados, além do contingente do 1.º grau. Afora este aspecto, ali residem milhares de famílias, grande parte operárias, que demandam à cidade, e tanto os estudantes como os trabalhadores estão em permanente perigo de vida. Some-se aos atuais moradores, mais um grande núcleo de casas populares em construção pelo sistema habitacional do BNH, que em breve estarão habitadas.

A solução é construir-se de imediato uma passarela para pedestres e a curto prazo o viaduto de acesso para veículos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo a imediata implantação de pontos livres para os taxis de Curitiba.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Segundo levantamento realizado pelos próprios motoristas, diariamente cerca de 25.000 litros de gasolina são gastos no retorno dos profissionais do volante aos seus pontos de taxi sem passageiros. Considerando que a situação do abastecimento de combustível é das mais críticas em todo o País, e alicerçando nas recentes medidas tomadas pelo Governo Federal, acreditamos ser indispensável a criação de tal sistema de pontos, contribuindo-se assim para uma economia mensal de milhões de cruzeiros para o Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, solicita a manifestação das Comissões de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e de Finanças, quanto ao Projeto de Lei 127/80.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1.980

a) Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente. Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Declina) Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino

Conquanto houvesse pedido a inscrição no Pequeno Expediente, Sr. Presidente, é mister usar mesmo o Grande Expediente.

Mas, o que nós tínhamos a propor, Sr. Presidente, são apenas dois requerimentos relacionados com problemas da comunidade de Cascavel.

Um deles é relativo a construção de casas populares em Cascavel.

Há uns 4 anos, foi construída uma das unidades habitacionais de Cascavel, destas últimas remessas, deliberações feitas pelo BNH.

O primeiro desses a que me refiro, desses conjuntos habitacionais, o chamado "Parque Verde", foi construído sem infra-estrutura, colocaram-se apenas, o abastecimento de água.

O segundo, Sr. Presidente, apenas a instalação de água, sem infra-estrutura educacional, sem asfaltamento, sem esgoto e sem, praticamente, um acesso adequado.

Posteriormente, alguns proprietários de imóveis próximos a esse conjunto habitacional, o chamado "Parque Verde" através de pressão, conseguiram fazer o acesso asfáltico até o conjunto habitacional.

Posteriormente, coisa de quase dois anos depois, é que se construiu uma unidade escolar de grande porte, diga-se de passagem.

No último construído em Cascavel e já habitado, o chamado "Jardim Guarujá", Aeroporto 1 e 2, nenhuma cautela se teve apesar das reclamações feitas com relação ao chamado "Parque Verde".

E, recentemente, nós ali estivemos presentes para verificar, porque seria difícil crer nas denúncias formuladas pelos moradores.

Não há área de lazer, não há local designado para escola, não há local designado para a igreja, não há asfalto e a única infra-estrutura de base que foi feita somente, a que foi feita, foi o meio fio. E, com algumas poucas descargas de caçamba de pedra, para evitar o empoeiramento das casas.

Mas, com as últimas chuvas, Sr. Presidente, ocorreu a mais séria erosão, impedindo inclusive o acesso em várias ruas dessa unidade habitacional, do Aeroporto e Jardim Guarujá.

Algumas casas estão comprometidas, inclusive a sua incomodidade. Não há possibilidade de acesso pelos seus moradores. E, há alguns meses já, a associação dos moradores e amigos dos bairros fizeram denúncias e reclamações e reivindicações, no sentido de se instalar colégios ali.

São 1.260 casas e todos os alunos são forçados a pagar oito cruzeiros de ônibus para ter a escolaridade em pontos distantes do núcleo habitacional.

É absolutamente incompreensível que a COAPAR permita que essas unidades sejam feitas sem a menor cautela e sem a menor infra-estrutura.

A terceira unidade de habitação que está sendo construída chama-se Jardim Clarito. Ali, Sr. Presidente, há que se transpor a BR-277 para demandar-se a esta nova unidade habitacional.

A falta de cautela também com a acessibilidade até este núcleo, é absolutamente incompreensível. Porque são três bairros que têm que se servir da ultrapassagem da BR-367 que liga Toledo.

Tem mais de mil casas independentes das casas populares. E há um único colégio. Só neste colégio que abriga parcialmente os habitantes daquela área.

São 700 matriculados no segundo grau. E a dificuldade de transpor a BR para o centro da cidade tem trazido sérios prejuízos para a população, inclusive com acidentes nesta BR, morrendo várias crianças; e as respostas das autoridades do setor têm sido a seguinte: não há verba para fazer uma passarela ou para fazer um viaduto.

Neste sentido nós estamos encaminhando um requere-

rimento ao Sr. Diretor do D.E.G., ao D.N.E.R. e também ao Prefeito de Cascavel para que, juntos, possam realizar alguma obra que permita, pelo menos, diminuir a incidência de morte por acidente de trânsito.

E é neste sentido, Sr. Presidente, que nós estamos formulando aqui desta tribuna, neste inesperado Grande Expediente, para que essas autoridades tomem alguma medida acautelatória de preservação à vida desses pequenos estudantes que trafegam nesta BR.

E quanto ao problema do Jardim Guarujá é necessário que o próprio sistema de habitação nacional, ao fazer o repasse de verba, exija que nos projetos haja uma infra-estrutura adequada para que a erosão não venha causar estes danos incontroláveis que as chuvas acarretam principalmente nas regiões de maior declividade do solo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, consulta a Liderança do Partido Popular.

Tendo declinado, consulta a Liderança do PDS.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, depois de ouvir o pronunciamento do nobre Deputado José Domingos Scarpelini, que tive oportunidade de apartear, com referência a Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, faculdade esta que nós estamos acompanhando desde o lançamento da sua pedra fundamental.

Conhecemos a dedicação dos fundadores daquela faculdade e da maneira como ela vinha sendo dirigida, uma faculdade conceituada, uma faculdade que é o orgulho de Apucarana e da região do Vale do Ivaí.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como já tivemos a oportunidade de informar a esta Casa, que numa lista sextupla, apresentada pela congregação de professores daquela faculdade, foi indicado o seu diretor e que iniciando a sua administração, existindo em Apucarana uma outra faculdade, a Faculdade de Filosofia, particular, e que pretendendo unir esta à Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, precipitou, o seu diretor, fazendo a aquisição daquela faculdade sem informar, sem verificar junto à Secretaria da Educação e aos órgãos competentes como deveria proceder.

Ao notar a impossibilidade da fusão, como pretendia, criou uma outra entidade para manutenção desta faculdade, a APES, com pessoas ligadas ao seu diretor.

Daí para cá não tinha ele condições de fazer as duas administrações e começou a haver uma série de reclamações.

O Conselho de Curadores pediu uma auditoria e, por minha interferência, prometeu o diretor de conceder esta auditoria.

Depois, em seguida, antes que fosse feita a auditoria, foi pedida uma outra auditoria judicial, nós nos afastamos, esperando a decisão judicial.

Em seguida, entrou com recurso o Diretor Valdir Marin e conseguiu sustar esta auditoria.

Voltamos a falar com o Secretário da Educação que era a nossa pretensão, pedir a interferência da Secretaria da Educação para que fizesse esta auditoria e verificasse se na realidade existia ou não irregularidade naquela faculdade.

O Sr. Secretário da Educação, a propósito das denúncias envolvendo a direção da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, tomou as seguintes providências:

Em 26 de setembro de 1.980, designou através da Resolução 2.016/80, uma comissão de sindicância para apurar os fatos constantes das denúncias. A referida comissão iniciou

seus trabalhos em Apucarana em 29 de setembro último e os concluiu a 6 de outubro do corrente.

O relatório respectivo foi entregue ao Sr. Secretário para apreciação e determinação das medidas legais cabíveis.

Ontem, o Sr. Secretário recebeu este relatório e deverá se pronunciar depois de tomar conhecimento do mesmo.

Mas preciso também levar ao conhecimento da Casa, com referência a denúncia ontem formulada, de que a Secretaria da Educação vinha fazendo todos os impressos naquela faculdade e que tinha na direção, da gráfica da faculdade, o Sr. José Roberto; quero informar à Casa e ao eminente Deputado Scarpelini, de que o mesmo era um funcionário que cuidava desta gráfica e que foi mandado embora - não cabe, isto o relatório deverá dizer porque.

A Secretaria da Educação que tem como órgão oficial para a impressão de todo material da Secretaria da Educação, a Imprensa Oficial; mas como a Imprensa Oficial não tem condições de confeccionar todos os impressos necessários, os registros de alunos e outros materiais e outros impressos de menor importância, é distribuído entre as universidades estaduais e faculdades, com o intuito não só de confeccionar esses impressos, mas também de oferecer alguns recursos a essas faculdades.

E foi distribuído, tanto para Londrina, como Maringá, como Apucarana, uma determinada quantia de impresso.

Mas ontem, na denúncia, dizia que esse impresso foi feito no Rio Grande do Sul.

A Secretaria não pode, ela mandou fazer para ajudar a faculdade, para que ela tivesse um rendimento.

Se a faculdade fez em outro Estado, a Secretaria não tem culpa disso.

Mas tudo isto está no relatório, ontem o levantamento procedido; e quero informar à Casa, que dentro de 72 horas, nós teremos uma solução definitiva sobre o caso de Apucarana, e voltarei a esta tribuna, para dar conhecimento público das medidas adotadas pelo Sr. Secretário da Educação.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Apucarana e o Vale do Ivaí têm plena confiança de que realmente Sua Excelência o Sr. Secretário da Educação e o Governador do Estado, tomarão as medidas cabíveis e necessárias para pôr um fim a uma das maiores corrupções que nós vimos no ensino superior do Paraná.

Sei como Vossa Excelência também confessou ontem, que foi uma das pessoas que lutou pela indicação do Sr. Valdir Marin para o cargo de diretor.

Como Vossa Excelência disse ontem, não poderia imaginar nisto que está sendo hoje objeto de exploração por parte de toda a imprensa nacional, a má administração do Sr. Valdir Marin e a prova de despreparo.

Porque acredito que se Vossa Excelência soubesse que seria assim, Vossa Excelência teria certamente trabalhado em sentido contrário à nomeação de Valdir Marin, para aquela Fundação Estadual.

Mas, no que diz respeito ao Sr. José Roberto que foi demitido da gráfica onde ele exercia o cargo, se pelo menos não de direito mas de fato, de Diretor da Gráfica, quanto à demissão e a vida particular do Sr. José Roberto pouco interessa a esta Casa e aos fatos que se desdobraram em função de sua permanência à testa dessa gráfica.

O que interessa realmente é a participação efetiva do Sr. Sílvio Camargo Júnior, do Sr. Valdir Marin, Diretor da Fundação, em mantê-lo, em ter mantido e ter usado esse Diretor de fato, para os crimes que foram praticados em função e em origem ao funcionamento desta gráfica em Apucarana.

Apenas para retificar o pronunciamento de ontem e acrescentar alguma coisa mais.

Outros impressos foram confeccionados clandestinamente na gráfica de Apucarana, para serem usados inclusive no Paraguai e no Mato Grosso e no Estado do Rio Grande do Sul, tudo com a participação do Diretor da Fundação Estadual de Apucarana, e do Sr. Sílvio Camargo Júnior.

Quando à idoneidade moral do Sr. José Roberto, pouco ou nada interessa discutir neste momento. O que realmente interessa discutir são os fatos que levaram ele, juntamente com os outros, a praticarem os grandes delitos na educação do Paraná. E eu acredito que, em virtude do envolvimento do Secretário da Educação, e do Governador do Estado, no caso, as medidas teriam, e acredito que serão tomadas, mais drásticas, mais diretas, não com objetivo de humilhar ou espezinhar quem quer que seja, mas com o objetivo de salvaguardar o nome da educação paranaense. Porque hoje, ainda, a Revista "Veja" traz uma reportagem a respeito da picaretagem do ensino e sei que estou me alongando no aparte ...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, gostaria que Vossa Excelência fosse um pouco breve, para que eu pudesse concluir, e volto dentro de 72 horas, para trazer uma solução definitiva, e, se houver tempo, voltarei a conceder o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Queria também esclarecer, porque ontem Vossa Excelência me dizia que a peça mais importante não havia sido ouvida, que era o Sr. José Roberto.

Só ressaltando a posição da comissão, porque procurei, hoje, falar com os membros da comissão, e esse nome José Roberto, foi ventilado num depoimento de Gilberto Figueiredo, Presidente do Diretório Acadêmico; e, quando a comissão perguntou a Gilberto Figueiredo onde se encontrava esse José Roberto, dizia o Diretor que, segundo informações, estaria no Mato Grosso, motivo que a comissão não ouviu José Roberto.

Mas, creio que já tem material suficiente e, se necessário, será ouvido desde que consigamos localizá-lo para prestar o seu depoimento.

Mas, nobre Deputado, prezados companheiros desta Casa, não quero antecipar uma decisão do Sr. Secretário da Educação. Afirmei que ontem ele recebeu o relatório apresentado pela Comissão.

Nós estamos pedindo e fazendo um apelo para que seja - porque não é só exonerar o diretor -, e eu acho que quem deve tem que pagar pelo que deve, e tem que ser instaurado um inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, mas independente deste inquérito administrativo, é preciso que haja o afastamento. E espero poder trazer, nestas 72 horas, uma solução definitiva para o caso de Apucarana.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(Soam os tímpanos).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada nominal 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 49/80, (Mens. Govern. n.º 50/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e os municípios que especifica, objetivando estabelecer normas de mútua colaboração no sentido da manutenção, provisão e conservação de prédios da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede dos referidos municípios. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 50/80, (Mens. Govern. n.º 54/80), que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria da Segurança Pública, e o Município de Nova Santa Rosa, visando a realização e melhoria dos serviços locais da competência do Departamento de Trânsito do Paraná — DETRAN. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 51/80, (Mens. Govern. n.º 56/80), que aprova o termo de convênio consubstanciado em Protocolo de Intenções, celebrado entre o Governo do Estado, através de Órgãos que especifica, objetivando a realização de estudos conjuntos no sentido do desenvolvimento integrado da bacia do Rio Ivaí. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 43/80, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância”, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 64/80, que denomina “Rodovia Engenheiro Tancredo Benghi”, a Rodovia Pr-170, partindo da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhão até Guarapuava. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 98/80, que declara de utilidade pública o “Hospital e Maternidade de Morretes”, com sede e foro na Cidade de Morretes. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/80, de autoria do Deputado PINTO DIAS, que autoriza o Poder Executivo a denominar “Arnaldo Faivro Busato”, o Posto Estadual de Saúde da Cidade de Paranavaí. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 41/80), que cria cargos nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. — **COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO —

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 55/80), que introduz alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO**, com Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. Rejeitado o Substitutivo Geral.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a verificação de votação e, ao mesmo tempo, aproveitando a oportunidade, dizer que na CCJ não houve unanimidade porque este Deputado que faz parte daquele colegiado votou contra e foi voto vencido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o substitutivo queiram levantar-se.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vou dar as razões, porque somos levados a apresentar um Substitutivo Geral.

Na verdade, o Substitutivo Geral, nada mais é do que a transcrição pura e simples, da mensagem originária do Tribunal de Alçada. E, a única diferença concreta, é quanto à designação entre motorista e agente de segurança.

Na justificativa que o Presidente do Tribunal de Alçada mandou ao Governador do Estado, esclareceu ele, e eu quero fazer a leitura à Casa, para que fique bem claro a razão porque nós apresentamos este Substitutivo, e que diz o seguinte:

“Mantive especial contato com o eminente Secretário da Segurança Pública, Coronel Aroldo Ferreira Dias, e Sua Excelência propiciou, através da Escola de Polícia Civil, um curso de aperfeiçoamento e segurança de pessoal, aos atuais ocupantes da carreira de motorista, no período de 01 de 10 de 79 a 8 de 11 de 79.

O referido curso, adestrou aqueles funcionários à defesa pessoal e dos juizes, dando-lhes especial habilidade no manuseio de arma, como também de direção específica de veículos.

Daí, a exemplo do que ocorre em São Paulo e Rio Grande do Sul, propõe-se que haja transformação dos cargos de motoristas, ao de Agente de Segurança Judiciário, com alargamento das respectivas atribuições, para que continuem dirigindo os veículos que transportam os juizes e prestem seus serviços, junto às sessões de julgamento e dependências do Tribunal”.

O que ocorre, Sr. Presidente, é que a CCJ deu um Parecer contrário, sobre a justificativa de que isto aumentaria a despesa, quando na realidade não ocorre isso, pelo contrário.

A despesa aumenta se mantiver apenas a designação de motorista, porque este cidadão estará obrigado a cumprir apenas as funções de motorista, o que vale dizer, três quartos do tempo, ele está ocioso. Porque o carro na realidade, no Tribunal de Alçada, faz o trajeto de buscar o Juiz e levar e após isso, o motorista fica dentro do carro sem fazer nada, ao passo que, nessa nova qualificação de Agente de Segurança, uma das funções do Agente de Segurança, é dirigir o veículo e a outra, quando não estiver dirigindo o veículo, é aproveitado para dar guarda, para fazer o patrulhamento e o policiamento durante as sessões.

Então, na realidade o que se propõe aqui, é dar uma economia ao próprio Estado. Porque desde que, o cidadão é aprovado no concurso de motorista, não haverá dispositivo legal que o faça, ele sair da sua função de motorista e prestar outro serviço dentro do próprio Tribunal.

Então, esta é a única diferença existente, isso não vai alterar a despesa, pelo contrário, é uma medida até, vamos dizer assim, de autonomia do próprio Poder.

É o Poder Judiciário que pleiteou isso, é "ipsis literis" a transcrição da Mensagem originária do Tribunal que está juntada a este processo.

Não há nada de aumento de despesa. Pelo contrário, com essa disposição se evitará que amanhã no Tribunal de Justiça tenha que contratar pessoal para fazer este serviço de segurança dentro da Casa de Justiça.

Então, na realidade, a Mensagem originária do Tribunal é que deve ser aceita.

A única justificativa dita aqui e que não consta do processo mas que foi dita, é porque mudaria a nomenclatura existente no Estado do Paraná.

Ora, entendo de que os Poderes são autônomos e harmônicos entre si. Se o Poder Judiciário e os exemplos de São Paulo e do Rio Grande do Sul procuram se aperfeiçoar e a segurança hoje é uma necessidade, eu não vejo razão porque não se dar esta autonomia para que seja aceita na íntegra o pedido do Tribunal de Alçada.

Não há efetivamente aumento de despesa. O Tribunal propõe a criação de mais um cargo de Agente de Segurança e a Mensagem propõe mais um cargo de motorista.

Então vejam o seguinte: na realidade está se criando um cargo a mais apenas para motorista, quando na realidade este cargo poderia ser para motorista e agente de segurança.

Então, na realidade o que está se defendendo é uma economia para o Estado, porque tenho absoluta certeza de que amanhã, o Tribunal, quando mudar este Presidente, vai pleitear agentes de segurança dentro do Tribunal, coisa que nós podemos fazer agora, convertendo apenas o cargo de motorista em agente de segurança.

Esta é a razão porque apresentamos o substitutivo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Atendendo a verificação de votação, os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 128/80, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

19 Srs. Deputados o aprovam;

24 Srs. Deputados o rejeitam.

REJEITADO O SUBSTITUTIVO. Em votação o Projeto de Lei n.º 128/80. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/78, de autoria do Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro Karlos Rischbieter. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48/80, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que denomina de Professor Valdevino Lopes, a unidade escolar do primeiro grau, implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, gostaria de justificar o nosso procedimento na Comissão de Constituição e Justiça, mesmo porque na oportunidade em que apreciamos este projeto de lei de autoria do Deputado Cyro Martins, nós nos pronunciamos contrários, e explico porque entendo que a iniciativa do Deputado Cyro Martins talvez seja uma pessoa que, da Cidade de Ponta Grossa deve ter os seus méritos para receber o seu nome a uma unidade escolar daquela cidade.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Valdevino Lopes é uma pessoa que vive hoje ainda.

Entendo, Sr. Presidente, que nós deveríamos, e aqui faço um apelo ao Presidente da CCJ para que numa oportunidade próxima, possamos talvez, com um projeto de resolução nesta Casa, proibir que se dêm nomes a qualquer coisa neste Estado, de pessoas vivas.

Meu voto é contrário, Sr. Presidente. —

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o projeto.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, para encaminhar a votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente.

O Deputado Daros tem razão. Mas o problema é o seguinte, que já se deu tantos nomes de pessoas vivas, para prédios, para os próprios escolares, e não podíamos também deixar de dar o nome para uma pessoa viva que lutou, que trabalhou, morejou, numa cidade onde com muito orgulho para nós, e com muita galhardia, para o povo de Ponta Grossa, o Deputado Cyro Martins representa.

Então, expressando o nosso pensamento e o apelo à nossa bancada, o nosso voto será favorável.

Agora, o Deputado tem sempre a satisfação de ser contrário. Então, nós vamos votar contra ele para ver se nós podemos ganhar para fazermos justiça porque o Paraná já deu tantos nomes a pessoas vivas, porque pessoa viva ou morta, o que resolve é o seu procedimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. APROVADO.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente.

Quero registrar meu voto contrário, até porque ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — O nobre Deputado está encaminhando votação?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu estou justificando o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao Deputado que somente por escrito, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas eu quero deixar registrado que o meu voto é contrário então.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente.

Apenas para uma constatação.

Na Pauta, no 11.º item foi o projeto discutido. Veja Vossa Excelência que constam os pareceres por unanimidade, e veja Vossa Excelência que no texto do Parecer da Comissão de Instrução Pública, consta a minha assinatura como voto vencido. O que vale dizer, não foi por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa acolhe a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado, e fará determinar nas votações seguintes, que conste o voto vencido do nobre Deputado.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a Felipe Tiago Gomes. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/80, de autoria do Deputado JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor "Aléssio Vaz Primo". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente.

Na Comissão de Constituição e Justiça eu votei contra a concessão deste Título de Cidadania Honorária, e aqui nós estamos vendo que ele foi aprovado por unanimidade, o que não condiz com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa verificando o projeto, realmente consta o voto vencido do nobre Deputado.

Determina também a retificação para as próximas votações.

Em votação.— Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, pediria a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

34 Srs. Deputados o aprovam;

7 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, com o apoio do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cora Silveira de Moraes.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Reinaldo Brandão, ocorrido na Cidade de Assaí.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do décimo ano de atividades da Fundação TELEPAR.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando a manifestação das Comissões de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e de Finanças, quanto ao Projeto de Lei n.º 127/80.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja

oficiado aos Srs. Governador do Estado e Diretor Presidente da SANEPAR, no sentido de que a rede d'água do Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora, passe para a referida companhia.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão no sentido de que altere temporariamente para uma jornada contínua, o horário de trabalho nas repartições públicas estaduais viáveis.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 137/78.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que fornecesse, através da Secretaria da Agricultura, um documento hábil, através do qual o Governador do Estado assume o compromisso de, caso por caso, ficarem as áreas submetidas ao tratamento do Cancro Cítrico, totalmente liberadas, no prazo de dois anos.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 134/80.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornalista Dino Almeida, pela passagem do 25.º aniversário de atividade profissional.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio ao Sr. Secretário da Educação e ao Presidente do Conselho Estadual de Educação, encarecendo os estudos necessários com vistas a inserção de conteúdos de ensino obrigatório na área de Programa de Saúde sobre os males causados pelo uso do fumo.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Jaime Lerner, sugerindo a imediata implantação de pontos livres para os táxis de Curitiba.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Prefeito Municipal de Cascavel, Diretor do D.N.E.R. e Diretor do D.E.R., encarecendo a construção de um viaduto e passarela na Rua Piquiri sobre a BR-367, na Cidade de Cascavel.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expediente contendo voto de congratulações, bem como o registro nos Anais da Casa, pela realização da Primeira Feira de Trabalhos Manuais e Arte Popular, que está sendo realizada no subsolo da Biblioteca Pública do Paraná.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Diretor Presidente da COPEL, visando a implantação de rede de energia elétrica nos bairros de Vila Simone, Jardim Nova Aurora e Jardim Oliveira, situados no Município de Nova Aurora.— Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a

discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Agricultura e do Planejamento, bem como ao Superintendente Regional da SUNAB, manifestando a indignação do povo paranaense pelo elevadíssimo preço do feijão.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que seja procedido a construção de calçamento e meios-fios em diversas ruas do Município de Nossa Senhora das Graças.— Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para encaminhar a votação.

Não que seja contra esta melhoria para o pobre Município de Nossa Senhora das Graças, mas o que quero dizer é que isto aí, no meu entendimento, não é uma atribuição do Governo do Estado.

Por isso, acho que o Deputado Fuad Nacli deve ter se equivocado na formulação do requerimento.

Por isso voto contra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, se a moda pega, amanhã vamos requerer ao Sr. Governador a substituição de uma lâmpada de iluminação pública.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para discutir) — Lembro-me,

Sr. Presidente, que na legislatura passada, o nobre Deputado Alfredo Gulin, quando aqui chegou, nos primeiros dias de sessão requereu o ensaibramento de algumas ruas de Curitiba. Lembro-me, Sr. Presidente, e gostaria que isto não continuasse; por isto meu voto é contrário também.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.— Em votação.— Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, com o apoio do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja convocado o Sr. Secretário da Educação, a comparecer em Sessão Plenária desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre assuntos atinentes à sua Pasta.— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Lineu Turra, estribado no Artigo 20 da Constituição Estadual, formaliza, perante a Casa, pedido de convocação do Sr. Secretário da Educação para prestar esclarecimentos no que diz respeito a sua Pasta e, especificamente, em relação às reivindicações do magistério.

Como se sabe, pela ampla divulgação que a imprensa tem dado e pelo conhecimento que a Casa tem, a partir da data de amanhã pretende iniciar um movimento reivindicatório por reajuste de vencimentos e pelo cumprimento, por parte do Estado, de algumas obrigações legais que segundo o magistério alega, não estão sendo cumpridas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, achamos e nos posicionamos favoráveis ao requerimento pelas seguintes e objetivas

razões: ninguém desconhece o transtorno, o verdadeiro transe por que passou o Estado do Paraná quando da última greve do magistério. Ninguém desconhece. Principalmente a classe política e quando falo em classe política, refiro-me aos Srs. Deputados, da gravidade que um movimento destes poderá desencadear por todo o Brasil.

Se não tivermos competência de encontrar através dos meios que o Poder Legislativo, como poder intermediário, no caso, dispõe, para que o pior não ocorra.

E de um lado se posicionem os professores numa posição irredutível; e de outro lado, fique o Executivo, a simplesmente alegar de que não pode atender tais reivindicações.

Se hoje sussurra-se que o momento é grave para os destinos da abertura no Brasil, acredito eu que a classe política tem que esgotar todos os meios e os recursos de que dispõe. E o diálogo, franco e aberto, com o Sr. Secretário da Educação, não diz respeito apenas a tomarmos consciência do que efetivamente dispõe a Secretaria de Recursos e de impedimentos para atender, mas vai além: diz respeito à proposta orçamentária que está sendo discutida na Casa, a fim de que aqui vindo, possa o Sr. Secretário dar os elementos basilares e necessários, a fim de que cada Sr. Deputado possa formar um juízo perfeito, se o Estado tem ou não, condições de atender a estas reivindicações e principalmente se essas reivindicações são justas ou são contestatórias, como a imprensa tem divulgado e tem referido, que esta é a alegação do Sr. Secretário da Educação e Cultura.

Por isso, Srs. Deputados, eu não vejo impertinência nesse requerimento. Pelo contrário, vejo a oportunidade justa e até lógica, de que antes que o movimento seja deflagrado, a Casa esteja com todos os elementos, a Casa disponha de todas as informações para se posicionar perante este movimento, que se anuncia, será iniciado no dia de amanhã.

Tem sido público e notório e esta é a posição que tem assumido a Liderança do PDS nesta Casa, reconhecendo que efetivamente o nosso magistério não ganha o que necessita.

Mas até aí, para endoçarmos, sem os números, sem os dados, sem as informações exatas e idôneas, para desprezarmos de plano as reivindicações do magistério, até aí, vai uma grande diferença. Se se reconhece como justas as reivindicações dos professores, se se reconhece que o Estado não pode, efetivamente cumprir, com a obrigação que ele, Estado, deveria ter, para que o professor tivesse o melhor tratamento, entendo, Srs. Deputados, de que no momento em que se discute o Orçamento, no momento em que a classe do magistério ameaça entrar em greve, não pode esta Assembléia, sob pena de omissão, negar a convocação do Sr. Secretário da Educação.

Porque além de ser um dispositivo constitucional, além de ser uma obrigação pertinente àquela pasta, aqui não se discute, se está a pessoa do Sr. Edson Machado, Secretário da Educação, errado, se está certa a classe do magistério do Paraná.

Aqui, Srs. Deputados, neste requerimento se discute uma coisa mais ampla, se discute até a Proposta Orçamentária que o Governo manda para a Assembléia Legislativa.

Entendo, de que razões políticas não podem prevalecer agora, porque na verdade, cada um de nós sabe e entende, de que as reivindicações salariais são justas.

Agora, até onde o Estado pode chegar, é que é a indagação. Entendo, compreendo de que o Estado não pode chegar a tudo o que os professores querem. Mas também ninguém terá a condição de defender que, de plano, sem ouvir os dois lados, possa, de imediato, dizer que o Estado não pode dar 2, 3, 5, 10, 50 ou 100 por cento.

É necessário que a Casa esteja informada; é necessário que o responsável pela Pasta da Educação venha aqui fazer as projeções que o plano de Governo atual prevê, os recursos que ele dispõe; quais os impedimentos, e se esta Casa pode,

como Poder Legislativo, extinguir esses impedimentos, eliminar essas barreiras.

Por isso, Sr. Presidente, pedi para discutir este requerimento, porque entendo que ele, na realidade, tem um fim de notória utilidade, um fim que pode ser colimado como de alto interesse público, a fim de que, inclusive, a opinião pública possa estar devidamente informada, porque aqui nesta Casa o Sr. Secretário da Educação responderá às indagações que o povo do Paraná tem a fazer, através dos seus legítimos representantes.

Não é possível que este Estado do Paraná, que quer ter o índice de ser um dos mais cultos, fique nesta posição omissa, fique com seus homens públicos indiferentes a um fato grave, como é o que vai ocorrer amanhã, quando a classe do Magistério entrar em greve, e nós, responsáveis por soluções, não as encontremos, pelo simples fato de que desprezamos, menosprezamos e não demos a devida relevância a este caso que vai transtornar a família paranaense.

Iniciado o movimento grevista, sem que esta Casa tenha uma posição firmada sobre ele, poderemos tranquilamente recordar o que foi a última greve do magistério.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu conclamo às Lideranças dos partidos políticos, em especial a Liderança do Governo, para que acolha este requerimento.

Não vai se procurar nesta Casa, humilhar, contestar o Sr. Secretário da Educação, o que querem os Deputados que apoiam este requerimento é que aqui, se tenha a informação exata, coerente e a informação que dê subsídios a cada um para que possa se posicionar perante o plano da educação.

O Paraná não é uma ilha no Brasil. O Brasil inteiro, no último mês se levantou pedindo prioridade para a educação.

Se somos um País de jovens, esta educação tem que ter prioridade, se o Estado do Paraná na proposta orçamentária e tem dito o Sr. Secretário da Educação que se aplica mais em educação neste Estado do que nos outros, é necessário que ele venha à Casa e justifique item por item de quais as aplicações que estão sendo feitas, qual é a projeção que o Governo e o plano do Governo pretende dar à educação.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que chegou o momento de nós termos uma visão clara do que se procura dar e o que vai se procurar destinar à causa da educação.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, acompanho com bastante atenção o vosso pronunciamento, que procura com bastante clareza e com conhecimento de causa, convencer principalmente a bancada do PDS, aprovar o requerimento da convocação de Sua Excelência, o Sr. Secretário da Educação.

Entretanto, Deputado Nilso Sguarezi, quero dar a minha posição: entendo que, realmente, é necessário. Entendo também que a presença de um Secretário de Estado nesta Casa, trará inúmeras vantagens, mesmo porque esta Casa é vazia de tudo.

Nós que pouco temos o que fazer nesta Assembléia, e nem podemos trazer um Secretário de Estado, Vossa Excelência há de convir comigo que, em Brasília, no Congresso Nacional, um Ministro jamais se recusou a comparecer àquela Casa.

Os componentes daquele órgão jamais deixaram de aprovar a convocação de um Ministro de Estado.

Por isso, muitas vezes, fico a pensar: mas como a nossa gente, como o povo do Paraná pode saber alguma coisa, pode ter conhecimento daquilo que é tratado nas Secretarias do Estado do Paraná? Principalmente na Secretaria da Educação, porque todos entendemos que é um órgão que abrange um número muito grande de funcionários, especialmente no que se refere ao magistério.

Sabemos que os professores do Paraná sempre vivem reivindicando, vivem pedindo, alguma coisa de útil para sua classe.

Em algumas coisas são atendidos, em outras, não.

Então, entendo que a presença do Secretário de Estado da Educação viria coroar, com toda certeza, de um brilhantismo todo especial, a nossa Assembléia Legislativa e a essa classe que é marginalizada: a classe dos professores paranaenses.

E citaria como exemplo, Deputado Nilso Sguarezi, o episódio da Faculdade de Londrina, com o movimento grevista do corpo docente, quando a Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa participou ativamente daquele movimento.

Também, nas nossas reuniões, que foram de longa duração, indo até às 6,000 horas da manhã, participou da mesma o Secretário da Educação. E com sua presença, conseguimos alguma coisa de palpável, de útil, para a Faculdade de Londrina.

Por isso, Sr. Deputado, quero deixar aqui a minha posição correta: não sou rebelde, não tenho nada a opor ao requerimento, mas vou votar de acordo com minha liderança, só que a minha posição particular é para que se aprove a convocação, mas voto com a minha liderança.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que, no mérito da causa, reconhece a justeza do requerimento.

Prefiro ficar com a justeza do requerimento e com todas as razões que Vossa Excelência argumentou, enumerou e aduziu.

Fico com o requerimento, porque ele é constitucional, é oportuno e, me parece, porque vai se dar ao Sr. Secretário de Estado a oportunidade única de esclarecer o Poder Legislativo e justificar, perante os legítimos representantes do povo, realmente, se o Estado não tem condições de atender as reivindicações do magistério.

Fico então com o requerimento, porque não vejo nada em prejuízo à causa da educação. Pelo contrário, vejo uma discussão em alto nível, uma discussão que vai informar, devidamente, não apenas a Casa, mas até a classe do magistério, e, principalmente, a opinião pública do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra com satisfação as presenças, neste plenário, do Sr. Senador José Richa e do Dr. Paluto Miró Guimarães.

Continua em discussão o requerimento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de fazer alguns reparos ao pronunciamento do Deputado Nilso Sguarezi, quando diz e quando acusa o Governo de estar insensível aos problemas do magistério do Paraná.

Sei que o Deputado Nilso Sguarezi é um Parlamentar bem informado, mas no mínimo ao fazer o seu pronunciamento, por um lapso de memória, esqueceu de mencionar que nos últimos anos nenhuma administração estadual deu tanta atenção ao magistério como a atual administração. É simples rememorar rapidamente alguns itens, que foram conquistados pelos professores, que foram atendidos pelo Governo do Estado e que hoje são uma realidade: por exemplo as promoções previstas no Estatuto do Magistério, a Constituição do Conselho do Magistério, a efetivação dos professores suplementaristas do Estado do Paraná. Aqueles mesmos que passavam o Natal e

o Ano Novo, sem saber se seriam recontratados no ano seguinte. Hoje, efetivados funcionários públicos do nosso Estado.

As promoções diagonais previstas no Estatuto do Magistério, que serão consumadas nos próximos dias pelo Governo do Paraná, beneficiando aproximadamente 10.000 professores do nosso Estado.

Os cursos de treinamento para efetivação e para acesso dos professores regionalistas e dos professores em habilitação.

Só isto me parece, Sr. Presidente, que seja uma atenção extraordinária que o Governo do Paraná dá ao Magistério, e dá com justiça.

Mas é injusto deixar de mencionar que o Governo dá este atendimento aos nossos professores.

Disse também o Deputado Nilso Sguarezi, que o Governo está impermeável ao entendimento com a classe do magistério paranaense.

Em verdade, Sr. Presidente, este Deputado participou de assembleias da Associação dos Professores do Paraná, com a presença do Secretário da Educação, com a presença de representantes da área de Recursos Humanos do Governo do Estado e em outras assembleias, o Secretário Edson Machado esteve dialogando com professores, submetendo-se a isto mesmo que antes houvesse sido vaiado desrespeitosamente, não pôr todos os professores mas por alguns que, certamente, não entendem a extensão do diálogo democrático que deve presidir as relações entre todos os que querem este País livre.

O próprio Secretário da Educação esteve nesta Casa, na Comissão de Educação, para tratar da Universidade Estadual de Londrina, aqui veio e aqui permanecem por mais de sete horas ininterruptas.

O gabinete do Secretário da Educação permanentemente está aberto às entidades de classe, aos professores do Paraná.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, compreensão tem havido, audiência tem havido, boa vontade também tem havido, o que não se pode realmente, é à luz da realidade deste Estado, ultrajar a capacidade que tem o Governo do Estado de atender os seus servidores.

Temos participado com o Deputado Erondy Silvério, com o Deputado Augusto Carneiro, com outros Deputados desta Casa, inclusive com Vossa Excelência, Sr. Presidente, de vários entendimentos para que outras vantagens sejam concedidas ao servidor do Paraná.

E nós constatamos que oitenta e nove por cento da receita do Paraná, se destinam ao pagamento dos servidores públicos do nosso Estado, de cem mil pessoas. E ainda se tem a coragem, a ousadia de dizer que o Governo não dá atenção ao seu funcionário.

Parece-me uma profunda e irritante incongruência.

Talvez seja este o momento de nós fazermos uma reflexão um pouco mais sensível à causa da educação, uma reflexão que seja mais justa, numa análise mais profunda para chegarmos às raízes dos problemas da educação do Paraná.

Levantarmos dados estatísticos que vão nos apontar quantos professores estão fora de classe, e o Governo do Paraná também neste aspecto adotou providências para estimular a permanência do professor em sala de aula, dando-lhe a gratificação por regência de classe.

Talvez seja também importante que não dissociemos o papel nobilitante do professor, da sua necessidade de obter uma remuneração justa.

E nunca nenhum Deputado da Oposição ouviu de qualquer Parlamentar do PDS a afirmação de que o professor recebe o justo vencimento a que tem direito, porque todos nós reconhecemos que o Estado precisa pagar melhor, mas para pagar melhor precisa ter melhores condições para remunerar o

seu servidor.

Nunca se negou aqui, ou em qualquer lugar a importância social do professor, no contexto da vida paranaense e jamais se deixou de reconhecer que é o professor uma peça fundamental de todo o instrumental com que deve contar o Paraná para educar a sua juventude e para preparar o seu amanhã.

Não se pode, Sr. Presidente, a pretexto deste atendimento permanente de reivindicações, não se pode admitir que nos curvemos sempre diante das manifestações manipuladas de algumas associações de classe.

E foi profundamente revoltado, profundamente indignado que há poucos dias, lendo um boletim de uma dessas associações nós constatávamos uma agressão aos Deputados do meu partido, numa falta de respeito a Parlamentares que aqui estão exercendo o seu mandato com toda a lisura e com toda a dignidade.

E além do mais, Sr. Presidente, é triste hoje constatar que algumas dessas entidades estejam já não mais fazendo o jogo legítimo e autêntico que interessa ao magistério, mas usando as suas entidades para cumprir algumas tarefas e finalidades de caráter político partidário.

Se em certa época da vida política deste País chegamos a condenar o Líder Sindical Luiz Inácio da Silva porque confundia sindicalismo com partido político, porque confundia atuação sindical com atuação política, por analogia nós devemos hoje também criticar aqueles que infiltrados nas entidades de classe estão fazendo a representação do papel político partidário.

E evidentemente são homens que só têm um objetivo. de orientar, de conduzir o seu movimento para a contestação aos postulados administrativos que presidem hoje o Governo Ney Braga.

Logo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há que se semear com justiça e com razão, com fundamento, a suspeição de uma ponderável parte deste movimento que os professores da Associação dos Professores, das entidades de classe estão a comandar no nosso Paraná.

É preciso que, antes de deflagrar um movimento como este, as associações entendam que muito já foi feito em 18 meses de administração Ney Braga, que muito se está fazendo e que pensem na causa superior, no móvel mais importante da atuação do professor, que é a educação. E paralizar as aulas no mês de outubro, a menos de 60 dias da conclusão do ano letivo, parece-me uma traição intolerável à população que estuda neste Estado, servindo-se desta oportunidade para pressionar desbragadamente o Governo do Estado e para tentar obter vantagens na base da coação psicológica e física se possível for.

Que se pense mais nestas crianças, que se pense mais no trabalho, que tira do seu salário os escassos rendimentos para comprar material para alimentar e vestir as crianças.

Que se raciocine menos emocionalmente e mais com base na razão, para que se chegue também a alguma conclusão que construa, que eleve, que engrandeça e que não simplesmente tenha o caráter de denegrir, de lançar a dúvida e de, afinal de contas, colocar em xeque o Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei tão logo conclua meu raciocínio.

O requerimento subscrito pelo nobre Deputado Lineu Turra, a meu ver, resvala também numa deficiência de caráter técnico.

Sua Excelência propõe, sugere e pede que o Sr. Secretário da Educação venha ao plenário da Assembleia Legislativa, quando temos conhecimento que, regimentalmente, é muito

compatível a presença do Sr. Secretário na comissão técnica própria, que é a Comissão de Educação.

Esta tem sido a praxe, esta tem sido a rotina nesta Casa. E mesmo Parlamentar de primeiro mandato, não tenho lembrança de nenhum caso, um só, em que este plenário tivesse servido para qualquer tipo de depoimento, sobretudo para atender a um requerimento de parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nota-se também a preocupação, quem sabe, de lotar as galerias, de fazer ecoar pelo Paraná inteiro a presença do Secretário, não só ouvido e acompanhado pelos Deputados, mas quem sabe ouvido e vaiado por aqueles que, previamente convidados, vierem a frequentar as galerias desta Casa.

Por estas razões, Sr. Presidente, por delegação da liderança do meu Partido, venho à tribuna, neste momento, para dizer que com respaldo em todas as razões aqui enumeradas, votamos conscientemente, contrariamente ao requerimento de convocação do Sr. Secretário da Educação.

E dizendo mais, que o Governo do Paraná é receptivo a toda e qualquer reivindicação justa, que o Governo do Paraná jamais fechou suas portas para ouvir quem quer que seja, mas certamente há de ouvir, com muito mais acuidade, aqueles que se propõem a uma causa que seja justa, autêntica e legítima e não uma causa manobrada por uns poucos, para se servir de uma população de cinquenta mil pessoas que compõem os quadros do Magistério do Paraná.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência iniciou seu discurso dizendo de que eu havia dito que o Governo é insensível e que o Governo se negava ao diálogo.

Se Vossa Excelência consultar as notas taquigráficas, verá que não foi isto que eu disse. Disse que se o movimento se desencadeasse, se a greve viesse a se verificar, e se permanecesse de um lado, irredutível a classe do magistério e de outro o Governo do Estado, e esta Assembléia sim fosse insensível, não se informando condizentemente e daí a necessidade da presença do Sr. Secretário. Para informar os outros Deputados que não têm outra oportunidade, como Vossa Excelência tem, de acompanhar o Sr. Secretário nestas assembléias.

A grande verdade é esta.

O SR. AIRTON CORDEIRO — As assembléias foram públicas, os Deputados do Partido de Vossa Excelência também estiveram presentes.

O Sr. Nilso Sguarezi — Se Vossa Excelência dispõe de dados, Vossa Excelência constitui exceção à regra.

A grande maioria dos Srs. Deputados desta Casa, não dispõe desses elementos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Discordo, porque os Srs. Deputados do Partido de Vossa Excelência também participaram de algumas assembléias.

O Sr. Nilso Sguarezi — Participaram alguns Deputados.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Talvez todos tenham sido convidados e nem todos atenderam o convite.

O Sr. Nilso Sguarezi — O forum de debate desta Casa, é eminente Deputado, é neste plenário.

Portanto, eu entendo que Vossa Excelência se posiciona antecipadamente contrário à greve.

Não é o nosso caso. Aqui ninguém se posicionou favorável ou contrário à greve. O que nós queremos é receber os dados

concretos, as informações necessárias, para daí colocarmos o nosso posicionamento.

Esta é a posição ao menos do meu partido. Para, com os elementos em mãos, avaliarmos da justeza das reivindicações, sim ou não.

Veja Vossa Excelência que se formos colher pelas informações da imprensa, está o Sr. Secretário da Educação dizendo, que o Estado não pode atender. E que muitas reivindicações são de caráter contestatório, e Vossa Excelência nas suas argumentações diz, que as acusações estão sendo manipuladas por meia dúzia de elementos.

Mas, Deputado Airton Cordeiro, no último domingo, em Ponta Grossa, dois mil professores do Estado inteiro, não é meia dúzia, dois mil professores...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Conduzidos por meia dúzia.

O Sr. Nilso Sguarezi — Decidiram e optaram. Vossa Excelência há de convir, de que nós não podemos acreditar em nada do magistério, se ele se deixa conduzir por meia dúzia. Não é o caso dos Srs. Deputados que não querem se deixar conduzir pelos professores ou pelo Secretário; querem ouvir os dois lados, a fim de que possamos coerentemente decidir.

Esta é a posição clara do requerimento. Não é nada que se possa negar o contrário.

O fato de Vossa Excelência dizer que se pretende aqui lotar as galerias, Deputado Airton Cordeiro, isso não é verdade.

Porque pode Vossa Excelência convocar todos os professores que são contra a greve e lotar essas galerias, para apurar aqueles que fazem interpelações ao Sr. Secretário.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Não temos essa intenção, Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Também não é a nossa, trazer aqui elementos para apurar o Sr. Secretário. E todas as vezes que os Srs. Secretários vieram neste plenário e cito dois exemplos: Vossa Excelência diz que não é a praxe da Casa, Secretário da Educação, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas, ex-Deputado Borsari, esteve nesta tribuna; General Alcindo, Secretário da Segurança Pública, esteve neste plenário.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu me referi ao tempo em que estou aqui, Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Não houve pedido. Acredito inclusive que não houve pedido no tempo que Vossa Excelência está aqui. A casa não formulou. Se não me engano não houve até, pedido.

Então, eu vejo que a argumentação de Vossa Excelência, toda, é contra a greve, mas não contra a presença do Sr. Secretário.

Gostaria que Vossa Excelência perfilhasse por que não, trazer o Secretário aqui.

O que está em discussão é o fato de que se o Secretário deve vir ou não, não as razões da greve.

Nós não estamos posicionados, favor ou contra a greve; nós queremos ter as informações que o Sr. Secretário dispõe.

Veja Vossa Excelência que nós não tivemos esta oportunidade de acompanhar o Sr. Secretário nas assembléias em que ele foi.

Mesmo na minha cidade, em Pato Branco, esteve o Sr. Secretário debatendo com a classe do magistério; mas eu não consegui ficar durante toda a assembléia, para saber das razões que me parecem devem ser discutidas aqui: por que razão se nega a vinda do Sr. Secretário? Só isso.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Nilso Sguarezi, se

Vossa Excelência escutou com clareza o pronunciamento que estamos fazendo, Vossa Excelência observou que respondemos algumas das afirmações que Vossa Excelência fez da tribuna.

Quando Vossa Excelência faz afirmações que tem o caráter de denúncia, de acusação, contra o Governo do Estado, Vossa Excelência busca nestas as razões maiores para trazer o próprio Secretário a esta Casa.

Então, é evidente que não há como podermos dissociar o conteúdo do requerimento.

Da motivação política do requerimento. E da motivação política de qualquer pronunciamento dos Srs. Deputados da oposição.

Não há como nós fazermos uma separação, porque a própria natureza do requerimento, é inspirada em motivação política. Esta é uma razão. E a nossa posição é política, da mesma forma como é política a razão dos Srs. Deputados da oposição.

E simplesmente por razão política, nós entendemos que o Sr. Secretário de Estado da Educação não deve comparecer à Assembléia Legislativa, a este plenário, particularmente.

E por mais uma razão, Deputado Nilso Sguarezi, de ordem técnica: aí está a Comissão de Educação que, como Comissão Técnica, deve estudar e analisar todas as matérias pertinentes à educação.

Seria o primeiro passo, parece-me, mais razoável e mais lógico, com a realidade.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência veja bem, Vossa Excelência está sendo coerente.

Alinhavou que o atual Governo foi o que mais fez pela causa da educação, e colocou a causa da educação sobre todos os outros fatores.

O SR. AIRTON CORDEIRO — A maior quantia do Orçamento do Paraná que está aqui na Casa, mais de vinte por cento, para a educação.

O Sr. Nilso Sguarezi — Perfeito, concordo. Agora, veja Vossa Excelência coloca uma razão política sobre o interesse da educação.

Se entrar a classe do magistério em greve, é o interesse da educação, e Vossa Excelência, ao negar, o plano, coloca, acima da causa da educação uma razão política. Vossa Excelência mesmo confessa: as oposições não se posicionaram a favor ou contra.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Nilso Sguarezi, por favor, não coloque na minha boca palavras suas. Se Vossa Excelência, - eu volto a insistir - escutou bem o meu pronunciamento, nós, inclusive, realmente nos posicionamos, já de plano, contra a greve, pela inoportunidade, pela falta de uma consciência mais profunda do que seja também o papel do professor.

Também, Deputado Nilso Sguarezi, eu lhe digo isso com uma profunda sinceridade: onde eu posso, sou defensor intransigente do professor.

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas Vossa Excelência assume uma posição política neste instante.

O SR. AIRTON CORDEIRO — A posição política é com referência ao requerimento que tem motivação política. Esta é a posição política que nos toca, que nos cabe.

Vossa Excelência não tratou de discutir, da tribuna, sequer as razões que teria o Governo do Paraná para, por exemplo, não atender prontamente as reivindicações dos professores, e Vossa Excelência é um Parlamentar, Vossa Exce-

lência há de ter um mínimo de informação para viver a realidade do Paraná.

Mas Vossa Excelência assumiu uma postura, senão de defensor da greve, de defensor do posicionamento das entidades de classe que, hoje, estão sendo manipuladas por alguns setores da Oposição, da qual Vossa Excelência faz parte.

Por isso, há a suspeição, Deputado Nilso Sguarezi, não no movimento em si, porque ele poderia ser puro, mas na condução do movimento.

Vossa Excelência sabe muito bem que as Lideranças de algumas dessas entidades estão hoje concentradas nas mãos de opositoristas. Veja-se o exemplo do Sr. Dino Zambenedetti, candidato na última eleição, pelo MDB.

Será que eu vou esperar, eu, como homem do PDS, alguma palavra de apoio deste homem ao meu partido? Será que o nosso partido esperará dele alguma palavra de apoio? Claro que não!

Não somos nem irracionais e nem infantis, mas queremos ser realistas.

Por isso a confiabilidade, a credibilidade do movimento peca pela base, porque alguns estão se aproveitando de uma classe numerosa para fazer apenas com que seus objetivos sejam atingidos. Falta sinceridade, Deputado Nilso Sguarezi!

O Sr. Nilso Sguarezi — Deputado Ailton Cordeiro, é um julgamento de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — É um julgamento da realidade que está palpável diante de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra, na tribuna, o Deputado Ailton Cordeiro.

Nobre Deputado Ailton Cordeiro, concedeu aparte ao nobre Deputado Sguarezi?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu queria pedir ao Deputado Nilso Sguarezi, que concluísse o seu aparte, para que pudessemos concluir o nosso pensamento.

O Sr. Nilso Sguarezi — Veja Vossa Excelência de que as decisões do magistério não foram por parte das entidades. Foram fruto das assembleias gerais, antecipadamente convocadas, em que compareceram grande número de professores, como foi o caso de Ponta Grossa: 2.000 professores de todo o Estado. E foram tiradas democraticamente por voto, dentro dessas assembleias. Então não concordo com Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu participei, Deputado Nilso Sguarezi, de uma assembleia geral na sede dos professores; participei de uma assembleia geral da Associação dos Professores e de outras entidades de classe no auditório desta Casa.

O Sr. Nilso Sguarezi — Quando? Em que mês?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Não posso precisar a Vossa Excelência, mas recentemente, a questão de meses.

O Sr. Nilso Sguarezi — A questão de meses? Aí é que está, nobre Deputado ...

(Soam os tímpanos)

O SR. AIRTON CORDEIRO — Quero dizer a Vossa Excelência que as associações, hoje, não estão mobilizando toda a classe. Quero dizer a Vossa Excelência que a maior tranquilidade, na assembleia da qual participamos, na sede da Associação dos Professores, sequer o pequeno auditório daquela entidade foi lotado, naquela ocasião. Da mesma forma aqui.

Então, são os manipuladores das entidades que são aqueles que estão instruindo todo o movimento, que são os condutores do movimento. E há suspeição maior, Deputado Nilso Sguarezi, é pela vinculação dessas lideranças com os setores de Oposição do Paraná.

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas, nada tem a ver com o requerimento Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa que não pode haver discursos paralelos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Evidentemente que há vinculação com o requerimento. Porque, a motivação do requerimento é inclusive a situação de hoje, do magistério. Claro que é, Deputado Nilso Sguarezi.

Pediria a Vossa Excelência que não sofismasse que enxergasse a realidade, não se pode deixar de reconhecer, lucidamente, que há.

Por isso, por essas razões, que o Partido Democrático Social, neste momento, não só traz a sua solidariedade ao Secretário da Educação, ao Governador Ney Braga, e aos professores bem intencionados do Estado do Paraná, e também faz um apelo à população do Paraná para que entenda a gravidade desta hora, que contribua, para que colabore, para que, realmente, não permita que seus filhos sejam privados das aulas, principalmente, agora, quando se vai concluir o ano letivo de 1.980.

Greve, Sr. Presidente, greve que seja realmente, honesta, ela tem hora para ser feita. E nenhuma greve, poderá, a meu ver, poderá ser feita para trazer prejuízo, sobretudo aos indefesos que não têm como protestar, que são os menores que frequentam as nossas salas de aula.

Esta a reflexão que gostaria de trazer à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Obrigado, Sr. Presidente.

Esta reflexão que gostaríamos que fosse feita por todos os Deputados desta Casa. E à população do Paraná, a certeza, a garantia de que o Governo do Estado tem feito, inclusive, mais do que é possível, porque, um Governo que destina noventa por cento, praticamente, da sua receita, para pagar pessoal, é um Governo que procura remunerar da melhor forma aqueles que prestam serviços ao Paraná.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É sabido que toda a sociedade brasileira, vive, hoje, um clima de tensão e de apreensão e razões diferentes do problema do petróleo, sobretudo aqui no Paraná.

São vários problemas que a sociedade vem acumulando e absorvendo, no curso de vários anos, anos de deterioração da economia.

E essas razões que se acumulam no curso do tempo, vão gerando um clima de tensão em todas as camadas sociais. E o magistério tem sido uma das mais sofridas classes sociais, que tem sido inclusive, objeto de fuga de muitos profissionais. Porque não chegam a alcançar uma rentabilidade familiar adequada, para suprir as necessidades básicas da própria família.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Obrigado. Eu acho que Vossa Excelência a título de sugestão, deveria solicitar ao nobre Deputado que deixou a tribuna, que ele estabelecesse o dia, a hora e o mês em que os professores devem fazer a greve. Porque é ele que sabe quando que as greves devem ser feitas. Então, fica a sugestão.

Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então, Sr. Presidente, continuando, não se desconhece que hoje, há um clima de descontentamento generalizado em todo o País, por pressão de natureza econômica que é uma das piores pressões que este regime está impondo ao povo brasileiro, está marginalizando a maior parte dos profissionais liberais.

E uma das classes de profissionais liberais mais sofridas, é o magistério. O magistério Superior, que aqui no Paraná, diga-se de passagem e há exemplo específico de Londrina, criou até um obstáculo para o próprio funcionamento daquela universidade, tem sido, por razões de pressão de natureza política e de natureza econômica. O caso, Sr. Presidente, do magistério em si, não tem outra saída. Porque reivindicações reiteradas têm sido feitas no curso de vários anos, que nós temos assento nesta Casa.

A partir e antes mesmo, da votação e da discussão do Estatuto do Magistério, o Estatuto não chega a ser se quer o preâmbulo das aspirações do magistério. E, posteriormente, as reclamações para o ajustamento das normas ali contidas, até hoje não foram satisfeitas. E o eminente Deputado Ailton Cordeiro, há de convir que, os avanços apregoados naquele Estatuto até hoje, não foram ainda satisfeitos, apesar de, já serem decorridos quase 4 anos da vigência daquele estatuto.

E, esta angústia, vai se acumulando no dia-a-dia, em cada hora de aula que esses professores estão a ministrar, e essa tensão vai se acumulando, Sr. Presidente, também pela pressão econômica que a maioria dos alunos estão sofrendo, por razões indiretas e por razões diretas. E, chegando em casa o professor, depois da pressão sofrida pela sala de aula, que é um constrangimento a sala de aula, é um ambiente constritivo. As razões de natureza institucional também, vão se acumulando e vão se agravando.

Evidentemente, Sr. Presidente, que, este movimento que está na iminência de ser, um fato indiscutível. Porque começará amanhã, conforme já é desejo e decisão em assembléia, o que nós da Oposição pretendemos não é a convocação pura e simplesmente por razões de natureza política e partidária. É porque nós estamos com dificuldade, inclusive de conhecimento dos meandros dos caminhos sinuosos que a administração pública nos impõe.

Não temos acesso a muitas das informações que tem o privilégio de tê-las o Deputado Ailton Cordeiro e tantos outros Deputados do PDS.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tolentino, evidentemente Vossa Excelência aborda assunto de transcendental importância, não só para a bancada da oposição, notadamente para nós também da bancada da situação.

Discute-se o problema pertinente a classe dos professores, segundo Vossa Excelência injustiçada e que nós gostaríamos de fazer justiça desde que tivéssemos condições.

Então eu pergunto a Vossa Excelência grande e intrépido defensor da classe do magistério, quem sabe Vossa Excelência tivesse algum subsídio, alguma sugestão exequível que pudesse ser posta em prática e que o Governo adotaria.

Pergunto, indago de Vossa Excelência, Vossa Excelência brilhante, de uma capacidade de trabalho invejável, quem sabe

tem alguma sugestão, repito, exequível que possa ser posta em prática para que possamos atender a tese que Vossa Excelência defende com brilhantismo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É oportuno e eu agradeço a intervenção de Vossa Excelência neste aparte, e a sugestão que o nosso partido modestamente tem e deseja é o diálogo, embora já tardio, e que o Governo com um todo e especificamente a Secretaria da Educação não tem tido, inclusive habilidade. Porque na televisão em Cascavel não fez mais do que fustigar a classe do magistério, dos professores.

O que nós precisamos Deputado, e Vossa Excelência que é do partido do Governo declara, que também desconhece muitas razões de natureza político-administrativa e fatos atinentes a esta política, quanto mais nós da Oposição que somos muitas vezes até impedidos de termos conhecimentos para nos posicionarmos, o que nos move a requerer, a pedir, e a solicitar até, a instar até Vossa Excelência, é de que o Secretário venha aqui porque é aqui que se deflagram os debates e os temas de interesse coletivo da sociedade paranaense. É aqui nesta Assembléia, Deputado.

E se o Sr. Secretário, descendo do seu pedestal como tantos outros pedestais que existem aí pelo Estado e pela Nação afora, descendo do seu pedestal num nível de cordialidade, num nível de franqueza como ocorreu, Sr. Deputado, recentemente no grande problema que a C.P.I. do Cooperativismo está a mover, num diálogo franco, aberto e despretencioso, vir a esta Assembléia e esclarecer os pontos e as razões de Estado. E os professores as razões do magistério, para que nós, políticos, possamos ou pudéssemos tomar até uma posição conciliatória dos interesses tanto do Estado como da classe do magistério, da profissão dos professores.

Acho que seria um ponto de equilíbrio na pretensão tanto do Governo, que proclama que está a gastar vinte e tantos por cento do seu orçamento para ser aplicado na Secretaria da Educação e não para a educação, mas na Secretaria como um todo.

Mas eu quero lembrar, Deputado Nelson Buffara, só para não perder de vista a oportunidade, que se nós estamos arcando hoje com mais de vinte por cento e quase sem nenhuma objetividade para a construção e a solidez do magistério paranaense, eu tenho que fazer justiça, muito embora gostaria de não fazê-la nesta passagem. No Rio Grande do Sul as universidades foram federalizadas quando o eminente Senador, então Ministro da Educação pelo antigo partido do Governo, a ARENA, ele se indispôs com o Governo Federal, todavia federalizou as universidades do Rio Grande do Sul que não absorve verba do Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul, mas está constitucionalmente deferida ou imposta à administração federal.

O que não ocorreu com o Paraná. E esta era uma das reiteradas reclamações que a Oposição, no curso dos anos, sempre cobrou desta tribuna. Que aqui no Paraná, três universidades e que hoje Prefeito do Partido de Vossa Excelência, o então eminente Deputado Luiz Carlos Zuk, Gabriel Sampaio, Del Ciel, todos eles lotados no Partido do Governo, vieram a esta tribuna pedir que as universidades de Ponta Grossa, Maringá e de Londrina, fossem federalizadas.

O então Ministro da Educação, o eminente e respeitável Governador do Estado do Paraná, não teve o mesmo gesto do então Senador e Ministro da Educação, Tarso Dutra, e não federalizou.

Isto está acarretando um ônus muito pesado para o Estado do Paraná.

Esta verba que está sendo dispendida nestas universidades, poderia estar sendo usada para melhorar o orçamento doméstico dos professores paranaenses.

Vossa Excelência veja que vai bem além de um bilhão

de cruzeiros a despesa com estas universidades.

Mas quero voltar ao problema e ao objetivo do requerimento.

Este requerimento de convocação, e Vossas Excelências já declararam, não desejam que o Secretário venha, porque será, para o Secretário, uma diminuição de sua autoridade quem sabe, pelo meu raciocínio, na interpretação dada pela bancada do Governo. Será uma diminuição para o Secretário vir à Assembléia, porque os Secretários se colocam numa posição muito superior aos Deputados que foram eleitos pelo povo paranaense. Até com o respaldo da bancada do Governo.

Não posso concordar em que o Deputado Airton Cordeiro, enfaticamente, transfira a posição do objetivo e do subjetivo no requerimento contido e de autoria do Deputado Lineu Turra.

Diz ele que estas oposições que manipulam como o magistério, isto é menosprezar a capacidade e a inteligência do magistério. Se assim raciocina o Deputado, de que o magistério é incompetente para pensar sobre os seus próprios objetivos e interesses, temos que ser forçados a reconhecer que o Governo não acha legitimidade no próprio movimento e na própria educação do Estado do Paraná. Se são incompetentes para gerir os seus próprios interesses, seriam também, por este mesmo raciocínio, incompetentes para administrar a educação no Estado do Paraná.

E estas crianças de que fala o Deputado, precisa-se pensar nestas crianças, precisa-se pensar nos trabalhadores.

Realmente, acho que se precisa pensar nos trabalhadores e nas crianças.

Mas se precisa pensar num projeto de nível nacional, alterando as estruturas sociais, econômicas, políticas e institucionais.

De nada resolverá, acredito, adequarmos apenas no Paraná o problema remuneratório, sem encetarmos, sem adentrarmos nesta fronteira indefasável, que é a fronteira da educação imposta pelo regime.

Precisamos mudar as estruturas. Na realidade, o que precisamos é alterar a educação no País, com uma estrutura de educação voltada para um outro objetivo que não o previsto pelas instituições vigentes.

Não há nada de emocional no movimento. Muito pelo contrário.

Os professores estão se mobilizando através de várias e reiteradas assembléias, procurando esclarecimentos, evitando a deflagração de um movimento paredista.

Mas contra o sistema vigente, não há outra forma de pressão, a única é a paralização das salas de aula.

Não existe outra forma. Contra um Governo forte, um movimento forte. É de igual intensidade para que depois, igualando-se as posições, possa-se conversar a mesmo nível.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concedo o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência que disse que nós deixamos de aprovar esse requerimento, por ser uma diminuição do Sr. Secretário vir a esta Casa.

Mas Vossa Excelência mesmo é testemunha, de que o Secretário da Educação sempre esteve aberto ao diálogo.

Porque aqui já compareceu nas comissões técnicas, para prestar esclarecimentos a todos os Srs. Deputados.

E bem esclareceu o pronunciamento do Deputado Airton Cordeiro, quando disse que tinha uma motivação política.

Porque se o interesse é de esclarecer, será nas comissões técnicas, terá um trabalho relevante; e não está descendo o Secretário o pedestal porque há poucos dias um deputado da mesma bancada de Vossa Excelência dizia que o Secretário vive correndo o Paraná todo, para pressionar professores. Mas o que tem feito o Secretário de Educação é visitar o Paraná todo, os municípios para dialogar com o professor. Levar ao conhecimento o que está fazendo. E dentro das possibilidades, se não está sendo feito o necessário; mas tem sido feito o possível em favor da educação.

Vossa Excelência dizia agora pouco que vinte e poucos por cento é aplicado na educação; o Paraná é um Estado que mais tem aplicado, proporcional ao seu orçamento, 34,6 por cento do Orçamento do Estado é aplicado com a educação.

Por isso, nobre Deputado, entendo eu que é esta convocação uma motivação política. Se é, se assim não fosse, a convocação seria um convite. Ele sempre tem se prontificado a comparecer nas comissões técnicas para prestar esclarecimentos necessários. E teria...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas não tem o mesmo caráter e as mesmas características um tipo de vinda e outro tipo de vinda a esta Casa.

O Sr. Gilberto Carvalho — Concluindo, nobre Deputado, Vossa Excelência há de convir comigo, que nas comissões técnicas, o diálogo, será muito maior, no diálogo com o Secretário. E nesta Casa eu ainda não vi vir um secretário em plenário, para o diálogo. Sempre ele vem e presta um esclarecimento, tem sido feito e muito menos oportunidade aqui tem o Deputado de dialogar, do que nas comissões técnicas. Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero dizer a Vossa Excelência que realmente pode ter uma objetividade mais conseqüente para o Partido do Governo que não deseje a equacionamento dos problemas de uma forma mais contundente, em igualdade de condições.

Até por uma questão de cordialidade, muitas vezes nestes convites, ou nestas visitas "ex-ponte sua", pode até ter uma outra conotação.

Entretanto, no caso de convocação, ele tem um sentido impositivo. Talvez isso é que intimida a Vossa Excelência.

Mas não há, de nossa parte, nenhuma premonição contra isso. Ao contrário, estamos usando um recurso regimental; e aí quero discordar do eminente Deputado Airton Cordeiro, que tecnicamente está aliás, tecnicamente está perfeito o requerimento, porque está alinhavado dentro das normas regimentais.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, acompanhamos o vosso pronunciamento, e queremos destacar aqui, de que Vossa Excelência dotado de recursos de oratória como é, mas porém hoje me parece...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Considero uma sátira de Vossa Excelência.

O Sr. Augusto Carneiro — Porquê ora critica a atitude do ex-Ministro da Educação, ora aborda o problema requerimento, ora fala das reivindicações não atendidas.

E o posicionamento enfim da nossa bancada, nobre Deputado, é o seguinte: entendemos inoportuna a aprovação deste requerimento, por considerá-lo nesta hora de movimento de greve dos professores, ou de ameaça de greve, a vinda do Secretário aqui, como Vossa Excelência frisou para

que ele desça do pedestal e compareça aqui,...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não é para isso. Não foi isso que eu disse. Eu disse que sempre o Partido do Governo evita que venha nestas condições, porque ele está colocado num pedestal. Não é o caso presente e não quis me referir especificamente ao caso presente.

O Sr. Augusto Carneiro — Em outras oportunidades, o Secretário de Educação compareceu inclusive em assembleias com professores e, em hora nenhuma, ele negou o diálogo às classes.

Porém, o posicionamento da nossa bancada contra esse requerimento, contra a vinda do Secretário, nesta oportunidade, é por entendermos de que esta greve ou ameaça de greve, que na verdade eu, particularmente, não falo em nome da bancada, sou contra a greve, acho que é um direito que assiste e deve ser usado em última instância, mas depois de esgotados todos os recursos.

Quando eu vejo que uma greve está sendo conduzida com conotação política, eu já não posso entender que esta greve seja justa. E, por isso, deve-se atentar nobre Deputado, de que algumas pretensões dos Srs. professores, não existe a menor condição por parte do Governo em cumprir, como, por exemplo, o piso de 3 maiores salários-mínimos vigentes no País, seria a elevação de aproximadamente 15 mil cruzeiros para um professor em início de carreira. E isto teria conseqüência, nobre Deputado, em elevar os vencimentos de todos os demais professores que ganham baseado no início. Disse bem o Deputado Airton Cordeiro, quando afirmou de que nenhum Deputado situacionista disse em alguma oportunidade que o professor estaria ganhando o justo.

Nós reconhecemos que o professor não está bem pago, e é necessário fazer o aumento, mas dentro dos limites possíveis do Governo, porque o que o Governo não pode fazer, e não fará nunca, é assumir um compromisso para não cumprir.

É dar um vencimento ao professor que depois não tenha condição de pagar.

Então, é necessário que se analise esses pontos, e se os nobres Deputados da Oposição, que estiverem entendendo de maneira concreta, como nós entendemos, de que o Governo só pode conceder aquilo que pode cumprir, haverão de concordar conosco.

E neste requerimento a nossa bancada vota contra, porque entende de que existe uma condição ou um encaminhamento político no meio dos professores.

Não é a totalidade dos professores que estão engajados ou encabeçando este movimento; são sempre os mesmos professores que nós temos acompanhado desde há 2 anos atrás, que vêm instigando e movimentando pessoas, inclusive, que querem fazer de cargos que exercem em associações de professores, um trampolim político para amanhã.

Isto é inegável, nobre Deputado, nós temos ciência disto, e por isso devemos votar contra este requerimento. Por esta razão.

Não negamos nunca um requerimento que chame o Sr. Secretário para a Comissão Técnica desta Casa, e o Sr. Secretário, eu tenho certeza, estará à disposição de qualquer Deputado que queira conversar com ele a respeito dos professores, e mesmo dos professores também. Eu sei que o Sr. Secretário estará disposto a conversar. Mas neste requerimento, nesta convocação, por entendermos esta conotação política, a nossa bancada se conduz politicamente, votando contra.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência fala

que são sempre os mesmos.

A gente tem visto e vivido um clima de "sempre os mesmos" faz muito tempo, e nem por isso perdemos o direito e o "animus" de ter a nossa posição. Os professores também fazem a sua gestão de acordo com o livre entendimento. Aham que devem entrar em greve? Estão entrando em greve.

Mas eu quero prosseguir, dizendo que esta interpretação é de Vossa Excelência que se arvora em exegeta do nosso partido, que, para nós seria muito honroso, se Vossa Excelência estivesse dentro do nosso partido, vivendo o mesmo clima e pensamento do nosso partido. Aí sim, lhe seria legitimada uma posição de interpretação da nossa bancada.

Por enquanto, a nossa bancada não tomou ainda posição, ao contrário do que apregoa o Deputado Airton Cordeiro. Nossa posição de bancada ainda não foi tomada. Nós queremos é sentir o posicionamento político do Governo, através dos seus representantes aqui, nesta Casa, para, posteriormente, avaliarmos o movimento, o comportamento do Governo e os efeitos que este movimento de professores vai ter no Estado do Paraná.

Claro que, se chegaram a esta conclusão, é porque as razões que eles estão alinhavando ou se estribando, são mais do que suficientes, e nós temos delas conhecimento.

O que se procura fazer é diminuir a intensidade dos efeitos, porque os fatos já estão na iminência de ocorrer. Mas, os efeitos desta greve é que poderão ser minimizados. Porque esta greve, como bem disse o Deputado Nilso Sguarezi, poderá se estender a nível nacional, e juntamente com estudantes. E isso não vai trazer benefícios para os interesses de toda a Nação brasileira e do ensino nacional.

É por esse motivo que estamos questionando, chamando, pedindo, convocando, ou pretendendo convocar o Sr. Secretário da Educação. Não há, nesta linha de raciocínio, radicalização, muito menos emocionalidade na formulação deste requerimento.

O requerimento, realmente, é judicioso, porque traz aí a polemização de vários assuntos correlatos com os seus objetivos.

Mas, entendemos, Deputados, que é o momento adequado para se colocar em discussão o problema educacional.

Quanto aos efeitos dele, é que poderemos, de imediato, evitar que eles sejam danosos.

Este meu ponto de vista e, claro, que o Secretário poderia trazer a elucidação de muitas questões que suscitam do problema educacional, e base de reivindicação.

Quanto ao piso salarial, esta reivindicação do piso salarial, há pouco dizia que um chofer de ônibus, sem nenhuma qualificação cultural, nem nível médio concluído, ganha muito mais do que professora com curso adequado para ministrar aulas.

Isso é do conhecimento geral, do conhecimento público, se o Estado não faz por possibilitar, em seu orçamento, a remuneração adequada é um problema de manejo dos recursos do Estado. É porque está sendo mal montado o esquema de planejamento e de administração. Não só desta administração, mas de tantas outras que vêm se arrastando no curso dos anos.

É o que ocorreu no Rio Grande do Sul, é o que está ocorrendo em Santa Catarina, é o que se vê no Rio de Janeiro, em São Paulo.

Só no Mato Grosso que não tem ainda os vícios de forma, porque se trata de um Estado novo, lá não existem as dificuldades que estamos enfrentando, no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em outros estados que, data venia, são governados pelo partido de Vossa Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em

discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que esta Assembléia, hoje, está perdendo mais um seu pedaço. Não importa se a vinda do Sr. Secretário deveria ser nesta ou naquela tribuna, numa comissão, ou numa sala. Parece, inclusive, que o Sr. Secretário da Educação, pessoa que acredito digna, e inclusive deverá, neste momento, ter vontade de vir a esta Casa, esclarecer os Srs. Deputados, sobre a situação da educação do Estado do Paraná.

A nossa bancada que tantas vezes tem sido acusada de radical, que tantas vezes tem sido acusada de apoiar movimentos, talvez menos legítimos — sei bem que não nos recordamos de termos apoiado qualquer movimento que julgássemos ilegítimos, ou injustos. A nossa bancada traz à Casa, pela mão de um dos Deputados mais interessados nas coisas políticas, Deputado Lineu Turra, um pedido. E não importa, repito, se esse pedido é para trazer o Sr. Secretário aqui, com as galerias cheias, ou a uma dependência desta Casa, apenas com os Deputados de uma Comissão.

Não houve, até o momento, e não há mais tempo para isso, qualquer proposta de se mudar esse requerimento, para se transformar essa convocação num convite, ou para transformar essa convocação num convite para ser ouvido a nível de comissões.

Quando a nossa bancada, sem se posicionar a favor de quem quer que seja, faz um requerimento dessa natureza novamente somos acusados de estarmos fazendo um requerimento político. Posso até admitir que o seja, mas é bom recordar a esta Casa, que cerca de dias atrás, eu chamava a atenção dos Srs. Deputados e era ouvido por apenas um cidadão sentado nesta bancada, enquanto os demais conversavam. E dizia eu, naquela oportunidade, e foi por isso parabenizado pelo Deputado João Mansur, que a classe política às vésperas de uma greve que estava por vir, estava ausente dos problemas do Paraná.

Tivesse a classe política naquele momento, chamado o Sr. Secretário, para dialogar com os Srs. Deputados, talvez hoje, não porque o meu partido está em interferência política na Associação dos Professores, porque é bom que se diga também, que o Sr. Secretário reconheceu, inclusive, de que os homens de oposição que hoje estão no comando, os que estão filiados em partidos que estão no comando da APP, não são homens pertencentes ao PMDB. Citou-se aqui, o professor Dino, também lá em Maringá, um ex-Presidente da APP, foi candidato a vereador pela ex-ARENA.

E, é um direito que assiste a eles, serem partidários do partido que desejarem. Como é um direito aos professores de Francisco Beltrão, terem todos se filiados no PDS nos últimos dias. Porque esses professores, agora eu vos pergunto: porque esses professores do PDS, estavam representados em Ponta Grossa, no último domingo?

Estamos cometendo um erro, a classe política e os governantes deste País estão cometendo um erro, ao atribuírem aos políticos desgastados deste País, aos políticos de oposição, a liderança dos movimentos sociais, estamos cegos meus senhores. Não é o PMDB, que tem condições de fazer ou de parar uma greve, porque ela não está controlada mais por políticos. Porque esta é uma classe desmoralizada.

A oposição inclusive, é bom que se diga, nos movimentos sociais que aí estão, sempre está atrelada, sempre está indo atrás porque os fatos estão passando por nossas cabeças, as cabeças dos políticos brasileiros.

Por isso, Srs. Deputados, acho que hoje, estamos perdendo uma oportunidade para sermos realmente políticos. Não ouvir o Sr. Secretário, é não ouvir quem de direito poderia nos fornecer dados.

Estão os professores, e ontem ainda, um deles me chamava a atenção; "Vocês na Assembléia permitiram passar um projeto de lei, que incorporou o PAS aos nossos vencimentos, com isso, com o aumento que haverá em novembro, sem o PAS, o professor normalista passará a ganhar 0,82% dos vencimentos do salário-mínimo."

São os professores que estão nos dando dados. Mas, os dados estão aí, e é bom que se diga que o Sr. Ney Braga, que o Sr. Secretário de Educação, são culpados, enquanto agentes desse sistema que estão aí, mas não culpados pessoais.

Herdaram uma herança como disso e Deputado Fideleiro, de universidades que hoje, vão gastar não Cr\$ 1.400.000.000,00 que sairão dos cofres do Estado, mas cerca de Cr\$ 3.000.000.000,00 que sairão do bolso do povo paranaense. Porque dos Cr\$ 1.400.000.000,00 do orçamento do nosso Estado, se somarão outro tanto do orçamento das famílias paranaenses, para fazerem seus filhos estudarem.

É necessário que discutamos muitos problemas sociais e, inclusive da educação nesses recintos.

E o que nós vemos hoje, para evitarmos um talvez ganho político para um partido de oposição, é impedirmos que o Sr. Secretário venha aqui. Depois nos chamarão de terroristas verbais, de guerrilheiros da palavra porque temos que nos basear nos dados que nos são dados pelas partes interessadas quando uma delas não é ouvida, apesar de requerido para isso.

Por isso Srs. Deputados, é bom que raciocinássemos um pouquinho mais profundamente. Não foram os Deputados do PMDB que levantaram os colonos de Santa Helena; não foram os Deputados desta Casa que obrigaram o Governo Federal a mudar a sistemática de notas promissórias rurais. Não foram os Deputados desta Casa, os Vereadores de Curitiba que unificaram o cinturão da pobreza desta cidade e hoje unidos, estão, inclusive, se solidarizando uns aos outros, impedindo que as próprias leis sejam cumpridas.

Estamos fazendo a política do avestruz: escondemos nossas cabeças enquanto fatos sociais estão a passar com o nosso corpo todo de fora. Quando não ouvimos o Sr. Secretário, se é oportuno ou não, hoje, eu vos pergunto: Por que o Sr. Secretário, por que que os Srs. Deputados do partido do Governo, vendo a tempestade de um movimento social que se aproximava não trouxeram o Sr. Secretário para esclarecer? Não veio ele aqui para dizer, segundo as palavras do Deputado Airton Cordeiro, que este foi um Governo que mais deu aos Srs. professores?

Será que não veio porque os números não são verdadeiros? Será que é verdade que nós vamos aplicar mais este ano do que nos outros, em educação? É mentira! Porque no Orçamento deste ano para a fundação de educação nós temos 19,4%, enquanto que o ano passado já gastávamos 21,2% e no Governo do Sr. Jaime Canet há quatro anos atrás, inclusive, chegamos a 23,2%.

Portanto, se olharmos os Orçamentos que estão em nossos gabinetes, veremos que os números que estão sendo jogados por aí são números e nada mais do que números.

Que esses números, inclusive são mentirosos, não pela sua quantidade, mas são mentirosos pela sua qualidade. São mentirosos na sua qualidade porque esse anos que vem, iremos investir menos em pessoal e em custeio do que o ano que estamos correndo. Basta abriremos o Orçamento e veremos isso. É este o nível de discussão que nós gostaríamos de ter com o Sr. Secretário.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Deni Schwartz, acho que negar a vinda do Sr. Secretário do Estado, se comete até um erro e se exige um sacrifício do Governador deste Estado. E me explico:

Em 1.978, na greve, esta só chegou ao fim quando o Governador do Estado teve que ir à televisão, dar as razões e explicar a população o porquê da posição do Governo. Eu acho que hoje, e é uma constatação, o Governador do Estado não tem condições para se submeter a este sacrifício.

A vinda do Secretário aqui pouparia o Governo do Estado a ter que expor e dar as explicações. Porque depois de um movimento, depois da greve desencadeada, não adiantará mais o Sr. Secretário querer dar explicações. Aí quem vai ter que dar explicações é o Chefe do Executivo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que lembrou muito bem que em 78 o Sr. Governador teve de ir à televisão justificar as razões para acabar com a greve. E nós, com toda a sinceridade Srs. Deputados, estávamos tentando um outro método. Poderíamos ter vindo diretamente à tribuna sem requerimentos, dar nosso apoio aos professores simples e puramente.

Mas acontece, Srs. Deputados, que antes de sermos oposição nós somos paranaenses. E gostaríamos de discutir das possibilidades do Orçamento paranaense em atender ou não os professores. Não sabemos realmente se o Governo tem suporte financeiro para pagar o piso salarial exigido; não sabemos se o Governo paranaense, vítima deste sistema autocrático que está aí, vítima de uma política salarial imposta; não sabemos realmente se o Tesouro do Estado poderá arcar com as reivindicações dos professores.

Mas os Srs. nos colocam numa posição de que só recebemos as informações por vias transversas.

Inclusive, o Líder do Governo, há poucos dias ainda, dizia que sabia perfeitamente de onde provinham as informações que eram ditas, que conhecia quantos democratas eram os nossos assessores.

E agora, Srs. Deputados, que está estampado no jornal "Estado do Paraná" esses dados, dados que não dispomos e, se dispomos não lemos, agora que sai neste jornal que em 1.975 tínhamos mais professores no ensino de 1.º grau do que em 1.979, mas que em compensação, o número de funcionários burocratas da Secretaria dobrou a quantidade, e agora que vemos que em 75 tínhamos menos professores no ensino de 2.º grau do que em 1.979. Serão mentirosos estes números?

Era isso que queríamos discutir com o Sr. Secretário.

Importa menos se a este nível de plenário, se numa sala de comissões ou se num local diferente, importava mais que os Srs. Deputados tivessem dados para talvez até unidos, mostrarmos aos professores a inviabilidade do atendimento.

Talvez para que esta Assembléia assumisse o papel de mediadora numa greve.

Mas, quando pedimos isto, somos acusados de documentos políticos.

Como políticos, devemos proceder e aí não seremos nós os prejudicados. Será a classe dos professores e provavelmente, inclusive, o próprio conceito do Executivo do Paraná.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência e reconheço que Vossa Excelência faz uma bonita fala oposicionista.

Aliás, é peculiar isto em Vossa Excelência. Reconhecendo que Vossa Excelência faz um bonito discurso oposicionista, respeito esta fala e acho que Vossa Excelência cumpre um direito que tem, porque à Oposição cabe fazer falas da ordem e da natureza com que Vossa Excelência vem fazendo.

Porém, a nós, Deputados Situacionistas, quando Vossa

Excelência afirma aí que não sabe da condição do Estado em cumprir um piso salarial pretendido pelo professor; eu reitero mais, de que não interessa e não deve interessar à Oposição saber, porque à Oposição deve interessar, politicamente falando, pedir e fazer as classes sentirem as suas deficiências, as suas carências.

Porém, a nós, Situacionistas, cabe ao mesmo tempo que reivindicamos em favor de classes, temos que reivindicar aquilo que o Governo pode cumprir. Temos que analisar com seriedade para conceder um favor à alguma classe.

É preciso que seja em concordância com o Governo, para que seja cumprido.

Isto digo aqui e o exemplo ficou dito quando o Deputado Aírton Cordeiro falou da tribuna de que ele, eu, o Deputado Erondy Silvério, o Deputado Fabiano e outros Deputados que estiveram dialogando com os Srs. Secretários e ainda com o Governo, discutindo a reclassificação do pessoal, discutindo o aumento do pessoal, para que se faça, dentro das condições do Governo, repito mais uma vez, a melhor melhora possível a estas classes, então estamos todos cumprindo com a nossa obrigação.

Na hora em que a bancada Situacionista, nobre Deputado, se coloca contra um requerimento desta ordem, repito, é pela inoportunidade dele.

Se houver uma proposta partindo da Oposição e à Oposição é que cabe fazer proposta desta ordem, de convocar o Sr. Secretário para a Comissão de Instrução Pública desta Casa, ou para se formar uma comissão de Deputados para ir conversar com o Sr. Secretário, tenha certeza Vossa Excelência, de que será acatado pela nossa bancada.

Dizemos mais, de que não é a presença do Sr. Secretário, aqui nestes dias, que irá sanar o problema da greve. Porque se estivesse ao encargo do Sr. Secretário, a solução desse problema, ele já teria sido solucionado, porque as associações constituídas de professores já estiveram conversando com o Sr. Secretário.

No entanto, dentro das pretensões do Magistério, não foi possível atender. E é por isso que o impasse está criado.

E eu entendo, nobre Deputado, que não é a presença do Sr. Secretário aqui, que irá solucionar. De que não foi o silêncio das classes políticas, porque na verdade, todos tiveram a sua participação.

Mas a classe política e principalmente esta Casa, também não é dona do poder de decisão.

Quando existe, um conflito em que os professores e outras classes que porventura entrem em greve, pretendem algumas coisas que o Governo não as tem para dar, o impasse fica criado e poderá surgir uma greve, independente da vontade da oposição e da situação. E eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me dá, dizendo que continuo acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, que acho um belo pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, ao dizer que fazemos um belo pronunciamento.

E ainda bem que podemos fazer este discurso e não chegamos ainda, a calados, pegar na metralhadora, que talvez seja o passo seguinte, se nós não acordarmos.

Por que Vossa Excelência assim começou o seu discurso, mas também terminou dizendo que não poderemos, nós da Oposição ou do partido do Governo, segurarmos ou de termos a greve.

Por isso, e isso eu disse durante o meu discurso, estão enganados aqueles que pensam que nós da oposição, temos o povo nas mãos. Como estão enganados aqueles políticos do Governo, que acham que também estão dominando o povo! Dominam talvez, através de uma eleição e talvez a oposição

também ganhe uma eleição.

Mas a grande verdade é que esses movimentos sociais, fugiram das nossas mãos e isso temos a reconhecer; sim, por mérito deles, mas por muito da nossa covardia, da nossa complacência, da nossa, inclusive, preguiça de estudarmos, como é de nossa obrigação, os problemas brasileiros, os problemas paranaenses, os problemas da nossa comunidade.

Ficamos muitas vezes a discutir sobre formas, sobre técnicas, esquecendo que por aí, à nossa margem, está vivendo uma população que não é comandada por nós, mas uma população que tem sentimento, que tem sangue nas veias, uma população que está a se perder. E que poderá amanhã, isso sim, exigir, não que eu, mas que talvez, algum líder por aí a comande, e talvez discursos não resolvam mais, mas a metralhadora venha a ser a sua bandeira.

Parece que para isso somos políticos.

Para evitarmos, para dialogarmos, porque senão não haveria razão de estarmos nesta Assembléia

Por isso, Srs. Deputados, acho que perdemos hoje um pouco mais os nossos direitos. Uma comissão para ir falar com o Sr. Secretário, como eu disse há 15 dias; já denunciávamos o clima que havia no horizonte, para uma greve. Parece-me que seria o próprio Secretário o primeiro, como algum já fez, diga-se de passagem a vir aqui e se oferecer para vir na Assembléia esclarecer os Srs. Deputados.

Mas infelizmente, 16 anos de autoritarismo, tornam o Secretário, tornam o Executivo, todo poderoso. E o resultado está aí; a falta de diálogo, a greve por aparecer. Os prejudicados não seremos nós, serão os alunos, serão os professores e eu acredito, inclusive, o próprio Executivo saia arranhado disso.

Deputado Augusto Carneiro, temos na consciência, que estamos todos no mesmo barco, que se esse barco afundar, afundaremos juntos. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão o requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para discutir)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Particularmente chamou-me a atenção o pronunciamento do Deputado Aírton Cordeiro, donde extraímos uma coleção de “aós” que vale a pena melhor refletir.

O movimento “Educação e Justiça” nem começa e já leva a pecha de que há manipulação, de que há contestação ao Governo, de que há infiltração, de que a classe está sob suspeição, que há causas e manobras, e que é uma traição intolerável à população paranaense.

Nesse rosário de “aós”, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a conclusão, ainda, do ilustre Deputado que então estava na tribuna, é de que se estava fazendo uma coação ao Governo.

Sr. Presidente, muito já se disse de que é inadmissível argumentar ser uma classe passível de manipulação e que, por isso mesmo, não estaria jamais sob qualquer suspeita.

Mas, como de resto, nas outras oportunidades, em que movimentos populares explodiram neste País, não faltaram efetivamente, os constantes homens do Governo a titular de que há infiltrados. Ora são os políticos que estão infiltrados atrás dos movimentos; ora são os comunistas que agitam outras mobilizações; de repente a Igreja também é acusada de estar por trás de tantas coisas.

Nisso tudo, Sr. Presidente, está visível o ranço daqueles que acham que o povo brasileiro deve e deverá sempre continuar sendo tutelado.

O professor não pensa, o professor não age, ele precisa de muletas de políticos, o operário precisa de muletas de comunistas, o trabalhador rural precisa do acobertamento da igreja, e assim este País evolui sob a suspeita de acusações

que seu povo nada vale, e de que ele é impotente, incapaz, inconsequente.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, valeria aqui, refletir ainda mais, de que as Lideranças do movimento dos professores foram eleitos pela classe, não são biônicos, não estão lá acastelados por decisão de um ou dois, ou de uma minoria inexpressiva de quatro ou cinco.

As assembleias existiram e os membros destas é que elegeram; por isso eles são a voz e a vez da sua classe e têm a obrigação de respeitar as decisões dos seus membros.

É ignorar a realidade dos fatos, Srs. Presidente, de saber-se que o movimento "Educação e Justiça" e que já está se titulando como greve, é uma decisão de minoria de cúpula. Só quem não acompanhou o fato é que ignora a realidade.

Realizaram-se diversas reuniões em micro-regiões como a de Cascavel, como a de Toledo, no mês de junho, como em Maringá, como uma assembleia ampla em Curitiba, no Ginásio Estadual, como uma outra Assembleia Geral em Pato Branco até o coroamento final em Ponta Grossa, desde o mês de maio os professores estão se articulando, discutindo, levando postas buscando alternativas.

Em agosto dirigiram-se ao Palácio Iguaçu e lá entregaram um documento com o resumo das suas preocupações e traduzimos também o seu objetivo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tributar à cúpula da classe dos professores, a responsabilidade exclusiva é, na verdade, sair pela tangente e querer minimizar o problema.

Mas bem sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em muitas dessas assembleias estiveram presentes alguns Deputados do Partido do Governo, e quando o Deputado Airton Cordeiro é convidado para uma assembleia de professores, será que ele estaria sendo mais um infiltrado? O que é que o Deputado do Governo vai fazer numa assembleia de professores.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os únicos infiltrados nesses movimentos são exclusivamente os próprios professores. Eles não precisam da nossa tutela, do nosso apoio, ou simplesmente da nossa solidariedade, são adultos: suficientemente capazes de agir e se responsabilizar pela sua ação.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contestação ao Governo, infiltração, traição intolerável à população, se nós sabemos que ao longo desses últimos 16 anos em especial, uma das maiores traições que já se fez na História do País, foi exatamente contra a classe do professorado.

Por isso, também entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da procedência deste requerimento, porque também o mesmo se amplia quando diz que não só para analisar os problemas reivindicatórios imediatos, mas para também perquirir todo o projeto e pleno educacional desse Governo, principalmente para o ano de 1.981.

Há portanto, uma abrangência bem maior que justificaria a presença do Titular da Secretaria da Educação, para fazer-se desta Casa, um foro de debates dos problemas do professor, do aluno e de toda a questão da Educação do Estado do Paraná.

Tem o aparte o Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Nelson, gostaria de fazer dois reparos às afirmações que Vossa Excelência faz, referente ao pronunciamento que nós fizemos da tribuna.

Em primeiro lugar, fiz questão de frisar que estabeleço uma distinção entre a classe e a liderança de classe.

Não afirmei em momento algum, que há suspeição sobre a classe, há suspeição sim, quanto à orientação das lideranças de classe. Das lideranças de entidades representativas da classe do professorado paranaense.

E como também não falei em infiltração política, mas sim, a confusão estabelecida por lideranças de classe que também tem atuação política.

E por isso, suspeito de qualquer ser que pense um pouquinho mais profundamente, há de suspeitar qual a lógica racional; suspeito das intenções dessas mesmas lideranças e por uma razão evidente, quem é Oposição faz oposição, onde estiver; faz oposição nesta Assembleia, na Câmara Municipal, na "boca maldita", na associação de classe.

Então, é evidente, Deputado Nelson Friedrich, que eu jamais poderia esperar que um militante da Oposição e que, simultaneamente, ocupa uma posição diretiva numa entidade, seja, na entidade, alguém com suficiente ponderação para reconhecer o mínimo que se quer, que é a dificuldade que o Governo tem para atender um enorme elenco de reivindicações.

Então, esclareço a Vossa Excelência que as colocações feitas são rigorosamente essas. E mantenho a minha convicção de que o movimento, na sua liderança, tem essa suspeição. Suspeição gerada pela militância política de líderes das entidades, por entender que esses serão oposição, dentro e fora das entidades.

Por outro lado, isso me parece eliminar, em parte, a legitimidade, a essência de qualquer movimento.

Gostaria também de dizer que quando Vossa Excelência contesta a possibilidade de greve, ou a sua realização, se utilizando do rótulo que foi colocado para justificar esse movimento, Vossa Excelência há de reconhecer que o que pretende essa liderança é, na verdade, driblar a lei. Porque sabem que ao funcionário público não cabe o direito de greve e pretendem fraudar a lei, dando a denominação, a uma greve, de um movimento de justiça.

Esta é a colocação que gostaria de fazer a Vossa Excelência.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço seu aparte que, na verdade, até certo ponto repetitivo e, por isso, sou obrigado...

O Sr. Airton Cordeiro — Por falta de entendimento de Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — ... a dizer que foi a classe que votou nessa cúpula. E se ela uma vez estando descreditada, ou não mais traduzindo os interesses classistas, a própria classe, pela sua maturidade, capacidade, competência e inteligência, seria capaz, portanto, de retirar do comando, esses líderes.

E o exemplo mais característico está na assembleia de Ponta Grossa, do último domingo, quando, inclusive, as lideranças do movimento pretendiam protelar a paralisação por mais 10 dias, e foi a classe que reagiu, não foi cúpula nenhuma, foram os professores que exigiram quarta-feira, dia 8 deste mês, para iniciar a paralisação contra a vontade da cúpula!

Ora, Sr. Presidente, uma assembleia com dois mil professores, uma das maiores da história recente do magistério deste País, não pode ser titulada como conduzida e como sob suspeição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois mil professores, e digo, inclusive com conhecimento da minha região, da minha cidade só compareceram dois professores, porque foi o dinheiro que conseguiram na arrecadação que fizeram para se dirigir a Ponta Grossa, porque o objetivo inicial era levar dois ônibus para Ponta Grossa.

Porque, se não, teríamos, na vizinha cidade de 10 a 15 mil professores.

E não se esqueçam, Srs. Deputados, que exatamente os professores têm um desgaste em seus bolsos, nessas assembléias regionais e estaduais, durante cinco meses.

Mas, perguntaria a mim mesmo, perguntaria ao Governo, à Maioria, a esta Casa; se os homens do PDS, nesta Casa, entendem que na cúpula da classe dos professores, há, efetivamente, uma ampla e única tendência oposicionista. Por que é que, eles fazem oposição?

Que razões existem para que toda uma classe de quarenta e dois mil professores, com a sua direção e permanente contato através exatamente dos seus conclaves, dos seus simpósios, dos seus seminários, das suas reuniões, por que que, sob a ótica da própria Situação, estes homens estão na Oposição?

Mas, digo mais, Sr. Presidente, em cima inclusive, do aparte recebido. A primeira pergunta que eu pretendia ouvir nesta Casa, por Deputados, inclusive da Situação, era de que: o movimento é justo ou não?

Este tipo de indagação não se ouve. Porque se o movimento é justo, Sr. Presidente, todos têm a obrigação cívica, moral e ética, por serem representantes do povo, de se atrelar e apoiar incondicionalmente a luta pela justiça.

Essa é a grande indagação que esse Plenário precisa responder: o movimento é justo?

É justo um professor que tem a grande responsabilidade de exatamente criar a base de desenvolvimento de qualquer País, é justo pedir um piso salarial de três salários mínimos maiores do País?

É justo ou não, Sr. Presidente, reivindicar reajustes semestrais a partir de julho de 1.980, que inclusive o operariado brasileiro conquistou debaixo do pau, da tortura, da violência e da morte de seus companheiros?

Como aconteceu recentemente no ABC. É justo ou não, na atual crise econômico-financeira e política-social e cultural, que inunda esse País. É justo ou não, reivindicar o reajuste salarial semestralmente?

Sr. Presidente, é justo perquerir e buscar a elevação do nível PA 1 para PB2, dos professores normalistas que já tenham cumprido estágio probatório?

Mas, digo mais, Sr. Presidente, é justo ou não, que o Governo assuma a sua responsabilidade e cumpra plenamente o Estatuto do Magistério, aprovado sob tanta luta, horas e horas da madrugada nesta mesma Casa nos idos de 1.976.

E que até hoje, Sr. Presidente, este Estatuto do Magistério, está capenga na sua regulamentação, porque o Governo soube regulamentar naquilo que lhe convinha. E na verdade, não tem cumprido adequadamente este mesmo Estatuto.

Cabe, Sr. Presidente, esta indagação. É justo o professor exigir a regulamentação adequada e necessária ao Estatuto do Magistério ou não? Se isto não é lutar por justiça, rasguemos o Estatuto porque muito pior será a sua regulamentação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A infiltração, a suspeição, a dúvida e tudo mais, afoga-se quando a justiça está acima de qualquer conceito ou preconceito, deste ou daquele dependendo qualquer que seja seus interesses.

Por isso, traída está a classe do magistério, traída está nos seus salários, Sr. Presidente, traída está, Srs. Deputados, na não adequada regulamentação do Estatuto do Magistério, intolerável para a classe dos professores efetivamente, é ter o salário de mendigo e de fome que lhe atrapalha a condição digna de ser, alguém que vá numa sala de aula, ministrar ensinamentos para nós e para os nossos filhos.

Coação do Governo, Sr. Presidente, antes de dar o aparte solicitado, eu me surpreendo exatamente porque há longo tempo talvez, esta Casa não se debruçava sobre um assunto tão importante.

Mas também não é novidade que até no trato do assunto importante-os seguidores dos grandes pensadores, como

Adelaide Carraro, continuam nos cantos da vida procurando a sua atividade político-cartorial.

Tem o aparte o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O Sr. Dácio Leonel — Sr. Deputado Nilton Friedrich, sinto-me bem à vontade para apertear Vossa Excelência e especialmente para participar do debate deste assunto, porque tenho bem viva na lembrança, a ocasião em que os professores através das entidades que os representam, encaminhavam um segundo e patético apelo ao Governador do Estado, postulando os benefícios que a classe reclamava e que haviam sido decididos através de assembléias.

Lembro-me bem que ocupei esta tribuna; fiz questão de ler na íntegra, o ofício encaminhado pelas Associações dos Professores ao Governo e dizia, inclusive, naquela ocasião, no mês de junho, que era preciso que este assunto ficasse registrado nesta Casa, para que aguardássemos as posições que o Governo e que o Sr. Secretário da Educação haveriam de tomar para que no futuro não pudéssemos numa ocasião mais apertada como a que está acontecendo, dizer que a classe política se ausentara.

E veja, Sr. Deputado, Vossa Excelência fez uma referência a datas. Tenho inclusive em mãos, um recorte do "Estado do Paraná" do dia 30 de abril de 1980, época em que ainda se cogitava e falava-se a respeito do movimento de Minas.

E esta notícia nos lembra o seguinte tópico: "o grande problema para o setor público neste momento, é conseguir uma fórmula que permita acompanhar a evolução dos níveis salariais de outros setores, se for mantida a atual política salarial, porque está sendo pressionada a estrutura salarial do funcionalismo público.

Esta é a opinião do Secretário Edson Machado, da Educação, que disse, já naquela ocasião, ele antecipou não acreditar na possibilidade de um movimento grevista do magistério no Estado, a exemplo do que ocorreu em Minas Gerais.

Já em abril o Sr. Secretário da Educação vislumbrava em função de um movimento o que poderia acontecer aqui também, com referência ao problema de vencimentos.

E Sua Excelência dizia em certa altura, que o Estado está atento às reivindicações do magistério, e às entidades representativas da categoria, porque ele reconhece as entidades que representam; sempre enviam ofícios que estamos estudando para ver as possibilidades de atender, disse Edson Machado.

Então Sua Excelência o Sr. Secretário da Educação, já no mês de abril, também vinha a público para reconhecer que vinha recebendo manifestações das associações, apelos e ofícios e que já naquela ocasião estudos eram feitos, não obstante as respostas definitivas ainda não tivessem chegado.

A 17 de maio, Sr. Deputado, permita-me roubar uns minutinhos, a 17 de maio, o "Correio de Notícias" trazia uma manchete: "Professores não serão atendidos, diz Edson. E diz o Sr. Secretário: "As reivindicações dos professores da rede estadual de ensino, que em várias assembléias já concluíram que há necessidade de um reajuste com base no INPC, e de um piso salarial para a classe, são inviáveis, segundo o Secretário Edson Machado da Educação".

Ele continuava: "Para ele, o piso salarial não pode ser concedido separadamente de outros grupos de funcionalismo público e a questão não fica fora de cogitação, mas fora do contexto.

Já o reajuste pelo INPC ele acha absolutamente inviável, mas não deu nenhuma outra solução".

E neste mesmo artigo do dia 17 de maio; o Sr. Secretário desmentia a possibilidade de faculdades estaduais sendo federalizadas, dizendo inclusive, ser contra o regime do ensino grátis que foi uma das teses defendidas, que é um outro assunto,

apenas para lembrar, já que se tratou tanto a respeito assunto.

Mas, o importante que enfoqueei, a data de 17 de maio do pronunciamento do Sr. Secretário, é que no dia 18 de junho, quase um mês depois, é que se encaminhou ao Sr. Governador o Ofício n.º 224/80, da Associação dos Professores do Paraná, cuja cópia, lembro-me bem, foi encaminhada a todos os gabinetes, a todos os Srs. Deputados, para que fossem acompanhando, fossem sentindo, um drama que vem desde o começo do ano. Não é de agora.

Muito bem. No mês de setembro, no dia 16 de setembro ainda, via um pronunciamento, o primeiro pronunciamento, com a manchete: "Professores podem deflagrar uma greve!"

Isto no dia 16 de setembro, quer dizer, há mais de vinte dias atrás.

Por que? Em função exatamente do encontro de professores do Sudoeste, onde o Presidente da Associação dos Professores do Paraná vinha a contar que o Sr. Secretário da Educação, em sua presença, naquela ocasião, vejam a brilhante palestra, mas em nenhuma ocasião referiu-se à reivindicação dos professores paranaenses, fazendo a contragosto, somente por ocasião dos debates, quando foi torpedeado de perguntas sobre o encaminhamento das reivindicações da classe.

Nas palavras do Presidente da Associação, o Secretário Edson Machado teria negado o conhecimento do memorial, uma vez que seus despachos com o Governador interino, jamais trocaram opiniões sobre a situação do Magistério paranaense.

Por último, o que é surpreendente, é que no dia 2 de outubro, sentindo exatamente o Sr. Secretário de que o único caminho que estava sendo encontrado, que os professores que lutaram março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, quer dizer, chega a um ponto em que o professor não tem mais o que fazer, fez tantas assembleias, partiu por todos os caminhos, tentou encontrar o diálogo, tentou encontrar alguma resposta positiva, surpreendeu-nos quando o próprio "O Estado do Paraná" do dia referido acima, trouxe a manchete: "Governo alerta Magistério!"

Dizendo as notícias, de que os quatro pedidos básicos dos professores do Estado, piso de três salários-mínimos, elevação de nível, classificação de normalistas e atendimento pleno do Estatuto do Magistério, não serão atendidos pelo Governo Estadual, afirmou ontem o Secretário da Educação, Edson Machado, por serem inaceitáveis e contraditórios.

E depois, mais adiante, objetivos políticos é o último tópico que gostaria de abordar.

Diante desta posição da Secretaria da Educação, a reação do órgão diante da iminente greve a ser decretada nos próximos dias pelos professores, segundo informações há um consenso maciço em favor da greve, partindo das cidades do Interior, ao contrário do movimento paredista anterior, será de expectativa, mesmo porque não há elementos que caracterizem uma greve e fez um alerta, mas o que quero dizer é que tenho a impressão que a classe está percebendo que atrás disto tudo existem objetivos políticos.

Há tendências de lideranças de classe de conectar as reivindicações com objetivos políticos, mediante contestações.

Sobre quais seriam estes objetivos políticos, o Secretário respondeu: "as lideranças da classe estão a partir dos políticos e dos processos partidários".

Inclusive temos informação de que os professores estão usando as salas de aula como incentivo à paralização.

Vimos que no dia 12, a ausência maior nas escolas foi de alunos e não professores.

Como Vossa Excelência nota, até no aspecto político

já foi levantado pelo Secretário a resposta que ele teve, a definição que ele deu, é uma definição que merece ficar também nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte em que fez uma exposição até cronológica extraordinária.

Deputado Dácio Leonel, acho que é por isto que o Secretário da Educação não pode vir a este plenário.

Porque ouvir de março a outubro a evolução dos fatos registrados pela imprensa e pelas palavras dos envolvidos seria, por certo, constrangedor.

Não se esquecendo, ilustre Deputado, Sr. Presidente, de que no mês de junho de 1980, os professores do Paraná procuraram esta Assembleia Legislativa, todas as bancadas, procurando fazer com que a Assembleia fosse intérprete das suas reivindicações.

Aqui estiveram os professores, tentando fazer com que a classe política, independente de posição partidária, interpretasse o anseio de todo o setor.

E qual foi a resposta?

Dia 12 de setembro, completo, Deputado Dácio Leonel, a sua exposição cronológica, os professores fizeram no Paraná, como de resto no Brasil, uma manifestação importante e cujos efeitos sonoros, nem este, atingiu os ouvidos ...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Nelson Friedrich, Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa que Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu discurso.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo, Sr. Presidente, dando um aparte rápido, para o Deputado Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Só para lembrar que realmente os professores abordaram os Deputados desta Casa e ficou inclusive, mais ou menos alinhado que as representações dos partidos políticos nesta Casa, iriam junto com a representação dos professores, ao Governador do Estado, expor os problemas e as reivindicações.

Esta data teria sido marcada para 28 de junho. E ela ficou postergada para o dia 3 de julho e alguns Srs. Deputados do Governo, inclusive, estiveram presentes no Palácio Iguaçu, em consequência do que se teve esta resposta, bem retardatária, por escrito, do Sr. Secretário, a qual nós lemos na Associação dos Professores.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — E por certo, concluo, Sr.

Presidente, os professores deveriam ter o bom senso e a lógica de esperar as férias para fazer um movimento paredista.

Termino, Sr. Presidente, dizendo tão somente que há uma causa maior nisto tudo: é a autoridade decisória que é concentradora, monopolizadora e excludente.

Hoje, neste País, no Paraná, não há submissão ao controle democrático e ao interesse popular.

Os professores, na própria elaboração do orçamento, deveriam merecer a consideração e particular da própria distribuição das verbas, para que o controle fosse democrático e o interesse popular estivesse acima de tudo.

Sr. Presidente, a rejeição à convocação do Secretário, é uma responsabilidade que assume inclusive a maioria nesta Casa.

As consequências inteiras, portanto, também lhes cabe. Aprovar o requerimento seria abrir este canal, Sr. Presidente,

facilitaria o diálogo, inclusive, mas, talvez como o poeta, o tempo vai passar na janela, e só o PDS não viu.

E concludo, dizendo, como será belo o dia em que a educação tenha recursos para efetivamente educar as nossas crianças.

Porém, mais belo será o dia em que os militares, para comprarem tanques e fuzis para a guerra, tenham que fazer como agora os professores fazem, tenham que fazer rifas e quermesses para terem recursos necessários.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. Secretário procede a chamada).

47 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE — Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Em votação o requerimento.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando encaminhamos o requerimento à Mesa, nós o fizemos com um propósito sadio de que, através desta Casa, pudéssemos ter conhecimento dos fatos que estão aí a aflorar no Estado do Paraná e a comprometer até, possivelmente, o bom andamento da administração pública, e especialmente na área da educação.

Lamentamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o posicionamento já manifestado pela área situacionista representada pelos Srs. Deputados do PDS, com assento nesta Casa, no sentido de rejeitar a nossa proposição.

Pois bem, queremos, nesta colocação, dizer que a nossa proposição tem o sentido de, trazendo o Sr. Secretário a esta Casa, podermos, com Sua Excelência, dialogar francamente e conhecer as reais possibilidades de sua Pasta, no sentido de solucionar os problemas angustiantes do Magistério.

E até, possivelmente, fazer com que essa greve que será deflagrada amanhã - como vem anunciando a imprensa - possa ter uma curta duração, ou até não venha a se concretizar: se a presença do Sr. Secretário, nesta Casa, neste entrosamento das bancadas - porque a iniciativa não seria nossa, mas da Casa, - no entrosamento das bancadas situacionista e da Oposição, discutindo os problemas, verificando as reais possibilidades do Estado, e as possíveis condições de conceder aquilo que o Magistério está a reivindicar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, justificativas das mais aberrantes se fez aqui, para dizer do posicionamento da bancada situacionista, no sentido de rejeitar nossa proposição.

Alegou-se até que havia um erro, uma deficiência técnica, uma possível inconstitucionalidade na sua feitura.

Temos, aqui, a Constituição Estadual, que diz que esta Casa poderá convocar os Srs. Secretários de Estado para virem prestar esclarecimentos sobre assuntos atinentes às suas Pastas.

Não concordamos quando se falou que a praxe era vir perante as comissões técnicas da Casa, as comissões permanentes, onde, por exemplo, na Comissão de Instrução Pública, são cinco Deputados que a compõe.

Lá, o Sr. Secretário poderá ir na oportunidade em que estiverem tramitando projetos de interesse das respectivas Pastas, para darem esclarecimentos técnicos.

É nessas oportunidades em que os Srs. Secretários devem comparecer às comissões.

Mas, nesta Casa, perante o Plenário da Casa, devem comparecer sempre que se apresentar um fato concreto, como temos hoje: a Casa está com o direito de convocar o Sr. Secretário.

Não existe nenhuma humilhação, até seria uma honra para Sua Excelência comparecer a esta Casa que é um dos primeiros Poderes constituídos do Estado.

Está-se a dizer, até aqui, que seria diminuição para o Sr. Secretário da Educação comparecer a este plenário, a esta Casa, possivelmente com medo de vaías.

Vemos que este Governo tem medo até de assombração ao meio-dia.

Porque, um Secretário, um homem político que tem medo de vaia, não é um homem público, não está em condições de ser um homem público.

Porque, o homem público, com a consciência limpa, comparece perante o povo, para responder pelos seus atos, sem temor.

Não existe nada de político em nosso requerimento.

Queremos apenas, nos valendo do texto constitucional, porque se fôr político o sentido de nosso requerimento, então que se risque da nossa Constituição Estadual o que está dito, para que se não venha, amanhã ou depois, usando os textos constitucionais, dizer que as proposições apresentadas pelos Srs. Deputados são meramente de sentido político.

Porque, se meu requerimento fosse de sentido político, não estaria dando embasamento no Artigo da Constituição e em seu parágrafo único, que estabelece as responsabilidades dos Srs. Secretários que aqui deixarem de comparecer quando devidamente convocados.

Portanto, é regimental e constitucional, o nosso requerimento, e oportuno, porque o movimento está aí para se deflagrar amanhã e a responsabilidade, se não pudermos conter e resolver a situação, que também está sob nossos ombros.

E nós, da bancada do PMDB estamos, a nosso ver, tomando uma posição de maturidade, querendo dar nossa modesta contribuição, mas querendo ajudar, solucionar o grave problema que será um problema sério para o Paraná, e, em especial, para a Educação.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

26 Srs. Deputados o rejeitam;

21 Srs. Deputados o aprovam. Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 86,92 e 128/80.

RESOLVE:

- 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 170/78 e 48, 103 e 110/80.
1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 181/79 e 49/80, e de Resolução nºs 40 e 47/80.

Levanta-se a sessão.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 625/80

conceder, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o acréscimo de mais cinco por cento (5%), sobre os vencimentos de OSMAR LUIS DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 502, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 10 de setembro de 1980, data em que completou (20) vinte anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento. (20%).

(Prot. n.º 8626).

PORTARIA N.º 626/80

revogar a Portaria n.º 610/80, de 18 de setembro de 1980, que transferiu, para o período de 1.º a 30 de dezembro de 1980, as férias concedidas pela Portaria n.º 87/80, à funcionária MARIA DE LOURDES SANTOS, matrícula n.º 561, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tendo em vista que as referidas férias, já foram transferidas pela Portaria n.º 601/80.

(Prot. n.º 8471).

PORTARIA N.º 627/80

conceder à funcionária FLORIPES ALVES BOSCHI, matrícula n.º 197, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 19 de setembro de 1980, em prorrogação.

(Prot. n.º 9014).

PORTARIA N.º 628/80

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 87/80, ao funcionário ISMAR DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 263, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Prot. n.º 9047).

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/09/80
LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
DIRETOR GERAL

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

PORTARIA N.º 639/80

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 87/80, ao funcionário ISMAR DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 502, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal desta Assembléia.

(Prot. n.º 9249).

PORTARIA N.º 640/80

transferir para 1.º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 87/80, à funcionária ZENAIDE SILVA FILPO, matrícula n.º 410, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Prot. n.º 8954).

PORTARIA N.º 641/80

antecipar para 1.º a 30 de novembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 582/80, ao funcionário NELSON EMÍLIO MARQUES, matrícula n.º 352, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Prot. n.º 9282).

PORTARIA N.º 642/80

conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de MOACIR JORGE NARDI, matrícula n.º 081, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 12 de junho de 1979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento. (20%).

(Prot. n.º 9073).

PORTARIA N.º 643/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ANNA CHRISTINA SOUZA, matrícula n.º 553, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias, referentes ao exercício de 1979, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975.

(Prot. n.º 7368).

PORTARIA N.º 644/80

conceder ao funcionário SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, matrícula n.º 434, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quarenta e cinco (45) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 09 de setembro de 1980.

(Prot. n.º 9217).

PORTARIA N.º 645/80

designar LUIZ ARTUR DE OLIVEIRA SARAIVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Ga-

binete do Deputado Trajano Bastos.

(Prot. n.º 9248).

PORTARIA N.º 646/80

conceder à funcionária SIOMARA LOPES GOMIDE, matrícula n.º 446, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional de Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1.º de outubro de 1980.

(Prot. n.º 9336).

PORTARIA N.º 647/80

conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de JAYRO CAMARGO, matrícula n.º 454, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 23 de setembro de 1980, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n.º 8529).

PORTARIA N.º 648/80

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ CARLOS MARTINS ARAÚJO, matrícula n.º 074, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da Licença Especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 1.º de abril de 1965 e 1.º de abril de 1970;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 1.º de abril de 1970 e 1.º de abril de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1.º de abril de 1974 e 1.º de outubro de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio;

IV — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 12 de setembro de 1975, data em que, por força da prescrição quinquenal, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento

(25%); e,

V — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 18 de março de 1979, data em que, em razão das incorporações de tempos acima, completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

(Prot. n.º 8773).

PORTARIA N.º 649/80

conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de INOLAN ANTÔNIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA, matrícula n.º 123, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 15 de setembro de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Prot. n.º 9035).

PORTARIA N.º 650/80

conceder ao funcionário JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, matrícula n.º 518, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 30 de agosto de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Prot. n.º 8387).

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/10/80

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
DIRETOR GERAL

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**9a. LEGISLATURA - 2a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 17a. REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dez dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e oitenta, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Augusto Carneiro, e presentes os Srs. Deputados: Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Deni Schwartz, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, José Tavares, Luiz Alberto de Oliveira, Paulo Camargo e Waldyr Pugliesi, bem como demais Srs. Deputados da Casa, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Constatou a Hora do Expediente requerimento do Sr. Deputado Darcy Deitos, solicitando alteração de divisas no Projeto de Lei n.º 5/80, que cria o Município de Corumbataí do Sul. Deferido. A seguir passou-se à ORDEM DO DIA: 1).— PROJETO DE LEI N.º 26/80, do Deputado Fuad Nacli. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2).— PROJETO DE LEI N.º 43/80, do Deputado Airton Cordeiro. Relator, Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3).— PROJETO

DE LEI N.º 49/80, do Deputado Del Ciel. Acrescenta ao artigo 35 da Lei Complementar n.º 2 a fixação de remuneração de Vereador e Verba de representação atribuída ao Presidente da Câmara. Relator Deputado Airton Cordeiro. Deferida vista ao Deputado Deni Schwartz. 4).— PROJETO DE LEI N.º 91/80, do Deputado Dácio Leonel. Majora, a partir de 1.º de agosto de 1980, os vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer CONTRÁRIO de acordo com o decidido na reunião anterior. Aprovado. 5).— PROJETO DE LEI N.º 103/80, do Deputado Gilberto Carvalho. Relator, Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6).— PROJETO DE LEI N.º 95/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 44/80. Altera legislação que autoriza o pagamento de pensão à viúva e filhos dos servidores civis e militares. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Deferida vista ao Deputado Airton Cordeiro. 7).— PROJETO DE LEI N.º 110/70, do Deputado Del Ciel. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8).— PROJETO DE LEI N.º 112/80, do Deputado Francisco Escorsin. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9).— PROJETO DE LEI N.º 113/80, do Deputado Rosário Pitelli. Relator, Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 10).— PROJETO DE LEI N.º 116/80, do Deputado Edilson Alencar. Relator, Deputado Renato Loures Bueno. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 11).— PROJETO DE LEI N.º 117/80, do Deputado Túlio Zanchet. Relator, Deputado Renato Loures Bueno. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12).— PROJETO DE LEI N.º 119/80, do Deputado David Federmann. Relator, Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 13).— PROJETO DE LEI N.º 125/80, do Deputado Fabiano Braga Côrtes.

Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 14).— PROJETO DE LEI N.º 128/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 55/80. Introduzindo alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Relator, Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 15).— PROPOSIÇÃO N.º 53/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 50/80, encaminhando termos de convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios que especifica. Relator, Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 16). PROPOSIÇÃO N.º 56/80, do Poder Executivo. Relator, Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 17).— PROPOSIÇÃO N.º 57/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 56/80. Relator, Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 18).— PROJETO DE LEI N.º 109/80, do Deputado Pinto Dias. Relator, Deputado Deni Schwartz. Deferido vista ao Deputado Fidelcino Tolentino em reunião anterior. Em discussão. O Senhor Presidente solicita que o Sr. Deputado Deni Schwartz ocupe a Presidência da reunião. O Sr. Deputado Paulo Camargo manifesta necessidade de especificação de prazo dentro do projeto em apreço. Após discussão foi deferida vista ao Sr. Deputado Augusto Carneiro. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião. Lavrei a presente ata que após lida e assinada, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Augusto Carneiro, pelos Srs. Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

(a) DEP. AUGUSTO CARNEIRO
Presidente

(a) Rita Soares Bertoli - Secretária